

**UNIVERSIDADE FEEVALE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS**

ALINE OLIVEIRA SCHAIDHAUER

CASA-ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

**Novo Hamburgo
2018**

ALINE OLIVEIRA SCHAIDHAUER

CASA-ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale.

Professores: Alexandra Staudt Follmann Baldauf e Carlos Henrique Goldman

Orientador: Tiago Balem

Novo Hamburgo

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais por todo o apoio que me deram, pelas preocupações noturnas enquanto eu estava estudando, por poderem me proporcionar estar no meio acadêmico. Sou grata por me amarem incondicionalmente e por terem me dado todo o suporte de que eu precisava para chegar até aqui, sem vocês isso não seria possível.

Agradeço ao meu namorado, que apesar de todas as minhas mudanças de humor repentinas ao decorrer do curso, permaneceu ao meu lado me apoiando e compreendendo minha ausência perante sua família. Agradeço por ter me feito sorrir nos momentos de desespero e por ter me ouvido quando precisava chorar.

Agradeço imensamente aos meus colegas de curso, hoje muitos viraram meus amigos para vida, pudemos compartilhar alegrias, frustrações, conhecimentos, descobertas, alguns drinks, noivados e casamentos. Vimos o quanto evoluímos e crescemos juntos, o quanto nos modificamos fisicamente e psicologicamente, mudamos infinitamente de opinião sobre o mesmo assunto e continuaremos a mudar muitos mais, pois estamos em constante aprendizado.

E por último, mas não menos importante, agradeço aos meus professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, pois entrei na Universidade Feevale sem saber muito bem o que estava fazendo, e acabei me encantando pela profissão; me encantei pela forma que os professores nos apresentavam o mundo através do curso, aprendi que se não sabemos de onde viemos, não saberemos para onde vamos. Aprendi que a história das edificações antigas é importante para nos reconhecermos como parte de uma história, de uma cultura. Aprendi que arquitetura influencia na forma como as pessoas vivem no mundo, que podemos ser sustentáveis, não apenas na forma de projetar, mas sim na forma de viver. Criamos um senso de comunidade, vimos que nesse mundo frenético e consumista em que vivemos é importante parar, olhar no olho das pessoas, ter um contato humano com cada um que nos rodeia.

Obrigada a todos por me mostrarem um novo mundo, por me apoiarem, torcerem por mim e darem aquela puxada de orelha quando necessário.

Boa arquitetura não é apenas forma e sim uma interação entre forma e vida, boa arquitetura pode ser considerada uma forma de vida (Jan Gehl).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 JUSTIFICATIVA	8
2 TEMA	9
2.1 A MULHER EM SITUAÇÃO DE RISCO	9
2.1.1 Espécies de Violência Praticadas Contra as Mulheres	10
2.2 INSTRUMENTO PARA A ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL	11
2.2.1 Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006	16
2.2.2 Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher	17
2.3 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: CASA-ABRIGO	19
3 MÉTODO DE PESQUISA	23
3.1 ENTREVISTA NA CASA-ABRIGO	24
4 ÁREA DE INTERVENÇÃO	28
4.1 DADOS DO MUNICÍPIO	28
4.2 APRESENTAÇÃO DO LOTE	30
4.3 CARACTERÍSTICAS DE OCUPAÇÃO	32
4.4 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO LOTE	34
4.5 ANÁLISE DO SÍTIO	35
4.6 PLANO DIRETOR E REGIME URBANÍSTICO	39
5 PROJETOS REFERENCIAIS	42
5.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS	42
5.1.1 Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica em Israel	42

5.1.2 Edifício Escolar com Habitação de Baixa Renda	44
5.1.3 Refúgio das mulheres de Kilimanjaro	46
5.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS	49
5.2.1 Centro das Mulheres em Rufisque, Senegal	49
5.2.2 Residência de Bambu	53
6 LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS	56
6.1 ESTRUTURA TÉCNICA	56
6.2 NBR 9050 - ACESSIBILIDADE	57
6.3 NBR 9077 - SAÍDAS DE EMERGÊNCIA	59
7 PROJETO PRETENDIDO	60
7.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES	61
7.2 CONCEITO	63
7.3 INTENÇÕES DE PROJETO	63
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	68
ANEXOS	71
ANEXO A - CONDIÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES ESPECIAIS	71
APÊNDICES	77
APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA CONVERSAR COM EQUIPE DA CASA-ABRIGO JACOBINA MEURER	77

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Feevale tem como objetivo criar um embasamento teórico para realizar um projeto arquitetônico acadêmico de uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Para isso foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema, estudo de casos de referências arquitetônicas, entrevistas com órgãos envolvidos diretamente ao assunto e análises específicas sobre o lugar em que pretende-se implementar o projeto arquitetônico.

Em primeiro plano, o presente trabalho, pretende colaborar para tirar o assunto “violência de gênero” da invisibilidade. Assim esse estudo buscou conhecer quais são os tipos de violência praticadas contra a mulher (conhecida também como violência de gênero), como elas se configuram, quais as suas relações históricas e as leis que surgiram para o combate à violência à mulher. Sabe-se que atualmente, o Estado contribuiu para erradicar a violência doméstica tornando-a um crime, mas foram as mulheres, através dos movimentos feministas, que trouxeram esse assunto com maior força à pauta da nossa sociedade. São essas mulheres que lutaram pela liberdade de muitas, o que tem movimentado passo a passo o engajamento da sociedade e do Estado para a questão da violência de gênero.

Como há muito a ser feito, essa pesquisa traz essa discussão para o campo da arquitetura, colocando o tema casa-abrigo, uma tipologia edilícia que visa proporcionar serviços de qualidade à mulheres em situação de vulnerabilidade, como foco de estudo. Portanto, o que se verá nesta monografia tem o fim a um problema da arquitetura, uma casa-abrigo, como uma resposta a um problema da sociedade. Sabe-se que o melhor seria que esse tipo arquitetônico não precisasse existir, mas enquanto a sociedade produz este tipo de violência, cabe investigar qual o melhor tipo de espaço arquitetônico pode-se proporcionar, é o que objetivo neste estudo.

1 JUSTIFICATIVA

A escolha desse tema surgiu através do conhecimento da existência da Organização Não Governamental (ONG) intitulada Mulher em Construção, que acolhe mulheres em situação de vulnerabilidade, tanto na seara econômica de renda, quanto no que tange à situação de violência doméstica, e as insere no mercado de trabalho através da construção civil. Por meio dessa informação, viu-se necessário dar voz à mulher, torná-la empoderada e questionar: por que um problema tão antigo ainda nos assombra?

Tendo em vista que um assunto tão importante como o citado ainda é pouco abordado pela sociedade civil e em pesquisas na Universidade Feevale. Ainda como veremos no decorrer do trabalho, há uma carência muito grande de casas-abrigo no Rio Grande do Sul. E conforme achado deste trabalho acadêmico, o município de Novo Hamburgo não possui um edifício que se destina a essa função, assim, justifica-se desta maneira a necessidade desta pesquisa, com a qual espera-se contribuir no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

Para tanto, o presente documento reuniu informações a fim de analisar o número de incidentes relacionados à violência doméstica, violência de gênero, feminicídios, assim como as ações que o Estado tem tomado para dirimir esse problema. Nesse sentido, esta pesquisa buscou embasar seu conteúdo com foco em um modelo de serviço prestado pelo Estado, as casas-abrigo para mulheres em situação de vulnerabilidade, acompanhadas ou não de seus filhos.

A pesquisa tomou como base a regulamentação do Estado para instituições governamentais com esses fins. Porém, o que irá se propor nesta proposta de casa-abrigo, é uma iniciativa de cunho público-privada, pois, além do Estado já estar com déficit de serviços como casas-abrigo, pretende-se criar um modelo de engajamento das mulheres organizadas para o formato e gestão dessa casa-abrigo, que além de procurar garantir a integridade física e moral da mulher, buscaria proporcionar o empoderamento e a independência através da capacitação profissional.

O que irá se propor, é também uma sede a ONG Mulher em Construção, organização que ministraria cursos de capacitação e palestras sobre a mulher na sociedade contemporânea.

2 TEMA

2.1 A MULHER EM SITUAÇÃO DE RISCO

Desde os primórdios da sociedade, as mulheres são doutrinadas a serem delicadas, precatadas, recatadas, pacificadoras entre outras ditas características femininas. Já os homens são incentivados a desempenhar um papel mais atuante na sociedade, que revele força e coragem. Tais características destinadas ao papel feminino e masculino são uma enorme armadilha, pois elas acentuam o poder de dominação e opressão dos homens sobre as mulheres. A violência de gênero pode ser considerada tanto a violência praticada por mulheres contra homens, quanto a violência de homens perpetrada contra mulheres. Já o patriarcado é mais específico quanto à vítima que sofreu a violência. Como o próprio nome aponta, o patriarcado é o regime da dominação e exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004).

Historicamente, a partir do momento que uma mulher se casava, ela tornava-se automaticamente propriedade do homem e era comum que casos de feminicídios fossem absolvidos, pois os crimes eram facilmente justificados como “legítima defesa da honra” dos homens, na hipótese de haver suspeita de adultério por parte da mulher, por exemplo (DINIZ, 2006). Até a presente data, os homens continuam matando suas parceiras, das formas mais brutais possíveis: ateando-lhas fogo, esquartejando-as, entre tantas outras barbáries. Por mais que esses homens não sejam mais amparados pela lei, o sexismo predominante na sociedade tende a desacreditar a mulher, tornando-a ré ao invés de vítima através do dito “falsa acusação” (SAFFIOTI, 2004).

Em meados de 1970, movimentos de mulheres feministas trouxeram visibilidade à questão da violência privada contra mulher que até então não era considerada como um crime específico. A partir de 1980, esse tipo de violência foi considerado uma questão de Justiça e da Segurança Pública. Desde tal ano, foram criados vários serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. A criminalização desses atos faz com que sejam mensuráveis as estatísticas nos casos de violência doméstica (DINIZ, 2006).

De acordo com Pitanguy (2003) apud Prates (2007):

(...) a criação das delegacias especializadas em atender mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, e que hoje já são mais de 300 em todo o país, reflete a dinâmica dos movimentos de mulheres no sentido de redefinir os conceitos de crime e castigo. Tratava-se de qualificar criminalmente e penalizar os espancamentos, as agressões, as torturas e as tentativas de assassinato que, ao ocorrerem no espaço do lar, frequentemente não eram percebidas como formas de violência e em geral, não eram tratadas pelas instâncias competentes como delitos.
(pg. 324)

2.1.1 Espécies de Violência Praticadas contra as Mulheres

Conforme a Organização das Nações Unidas da América (ONU) (2006), a violência contra as mulheres refere-se a qualquer ato de violência praticado por motivos de gênero que possa resultar em danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico das mulheres, através de ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade impedindo-as de manifestarem seus desejos. Os atos de violência podem ocorrer tanto na vida pública como na privada, de forma a ferirem os direitos de igualdade de gênero e os direitos humanos da mulher.

Existem muitos tipos de violência contra a mulher, porém, nesta pesquisa, serão abrangidos apenas aqueles oriundos do sistema social patriarcal, que são configurados como abuso conjugal ou violência doméstica masculina, englobando maus-tratos, abuso sexual, mutilação da genitália feminina, humilhação e violência econômica que torna a mulher totalmente dependente do homem financeiramente.

Cabe salientar que a violência praticada na comunidade envolve assédio sexual, abuso sexual, intimidação no trabalho, estupro e, muitas vezes, quando um crime é culturalmente aceitável, pode ser difundido pela comunidade, como por exemplo a mutilação de genital feminina, como ocorre em muitos países. Entretanto, é considerada violência praticada pela comunidade, pois refere-se aos direitos humanos e não a uma questão cultural.

Por fim, a violência cometida ou tolerada pelo Estado é aquela em que as mulheres sofrem perante uma instituição prestadora de serviços públicos, em que as mulheres não têm sua autonomia respeitada, são forçadas a contar a história da agressão sofrida diversas vezes, por exemplo.

No que tange ao tráfico de mulheres, essa espécie de violência se encaixa nos três tipos de violência citados acima de acordo com a ONU (2006).

Um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde sobre a violência doméstica, com mais de 24.000 mulheres, tanto do meio urbano como do meio rural, em mais de 10 países, revela que os parceiros das vítimas são os maiores causadores dessas agressões. O estudo também demonstra que as agressões cometidas pelo cônjuge ou parceiro, além de causarem mais danos à saúde da mulher do que parceiros sem relação afetiva, são extremamente ocultos (UNRIC, 2005).

Conforme o estudo da ONU (2006), calcula-se que, no ano de 2006, mais de 130 milhões de meninas e mulheres vivas, foram submetidas à mutilação ou corte do genital feminino. Esse número exorbitante tem origem no passado, com base no patriarcado que reside justamente no controle da mulher sexualmente, tirando-a toda a possibilidade de sentir prazer, a fim de assegurar sua fidelidade (SAFFIOTI, 2004).

Nos casos mais críticos, a violência doméstica termina em morte. De acordo com o estudo realizado nos Estados Unidos, o feminicídio é a segunda causa de mortes de adolescentes entre 15 a 18 anos. Na Colômbia, é relatado que a cada seis dias uma mulher é morta pelo seu parceiro atual ou ex-parceiro (ONU, 2006). Segundo os dados do G1 (2018), no Brasil, em média, 12 mulheres são assassinadas todos os dias.

2.2 INSTRUMENTOS PARA A ERRADICAÇÃO DA VIOÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

A luta por uma sociedade igualitária tem aumentado e, a cada ano de resistência feminina, essa vontade de mudança, de eliminação das desigualdades, das injustiças, torna-se ainda mais inquietante. Em uma sociedade onde a falocracia, o adrocentrismo e a primazia masculina prevalecem, é preciso criar estratégias de ação, se impor perante a sociedade machista e clamar por instrumentos para a erradicação da violência contra as mulheres.

Um dos primeiros serviços criados foi o SOS Mulher, instituído em São Paulo em outubro de 1980, considerado um símbolo no atendimento direto às mulheres vítimas de violência. Logo em seguida, foi estabelecido o serviço SOS em Campinas e no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, criou-se o Centro de Defesa da Mulher. Todas as instituições eram independentes e possuíam serviços de voluntárias, como psicólogas e advogadas, que atendiam as mulheres vítimas de violência. Além

disso, promoviam grupos de reflexão com debates sobre a violência junto à opinião pública (DINIZ, 2006).

O ano de 1985 foi de muito avanço em relação às políticas de combate à violência. Foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que visa a acabar com a discriminação contra a mulher e garante sua participação junto ao poder público (DINIZ, 2006). Além disso, também foi inaugurada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAMs) em São Paulo, através da pressão dos movimentos feministas que buscam atender as mulheres e investigar crimes de gênero (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 2010).

Esclarece-se que cabe às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher as competências de investigar e apurar qualquer ato de violência à mulher. Todos os crimes que as DEAMs investigam constam no Código Penal brasileiro, reforçando a ideia de que as atribuições investigativas das DEAMs não se limitam aos crimes de violência doméstica e familiar (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 2010).

Ao longo dos anos, muitas DEAMs tiveram aumento no número de suas unidades, devido à demanda de ocorrências criminais praticadas contra as mulheres. Em 2006, o Brasil contava com 394 delegacias, já, em 2010, conforme o levantamento do Ministério da Justiça (2010), houve um aumento não muito significativo de um total de 475 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher. Sabe-se que esse número é muito insuficiente, pois segundo FLACSO (2015), a quantidade de vítimas de feminicídio entre 1980 e 2013 foi de 106.093 mulheres.

Como podemos observar na Tabela 1, num ranking de maior índice de feminicídio, o Brasil ocupa a 5ª posição num grupo de 83 países.

Tabela 1: Taxa de feminicídio (por 100 mil). 83 países do mundo.

País	Ano	Taxa	Pos	País	Ano	Taxa	Pos
El Salvador	2012	8,9	1º	Jordânia	2011	0,8	43º
Colômbia	2011	6,3	2º	Bulgária	2012	0,7	44º
Guatemala	2012	6,2	3º	Noruega	2013	0,7	45º
Federação Russa	2011	5,3	4º	Finlândia	2013	0,7	46º
Brasil	2013	4,8	5º	Barbados	2011	0,7	47º
México	2012	4,4	6º	Holanda	2013	0,7	48º
Rep. da Moldávia	2013	3,3	7º	Israel	2012	0,7	49º
Suriname	2012	3,2	8º	Portugal	2013	0,6	50º
Letônia	2012	3,1	9º	Austrália	2011	0,6	51º
Porto Rico	2010	2,9	10º	Polônia	2013	0,6	52º
Ucrânia	2012	2,8	11º	Turquia	2013	0,6	53º
Belarus	2011	2,6	12º	Irlanda Do Norte	2013	0,5	54º
Estônia	2012	2,5	13º	Alemanha	2013	0,5	55º
Cuba	2012	2,5	14º	Brunei Darussalam	2012	0,5	56º
Maurícia	2013	2,4	15º	Suécia	2013	0,5	57º
Panamá	2012	2,4	16º	Austria	2013	0,5	58º
Lituânia	2012	2,3	17º	Eslovênia	2010	0,5	59º
África Do Sul	2013	2,2	18º	Espanha	2013	0,5	60º
EUA	2010	2,2	19º	Fiji	2012	0,5	61º
Uruguai	2010	2,0	20º	Suíça	2012	0,4	62º
Paraguai	2012	1,8	21º	França	2011	0,4	63º
Costa Rica	2012	1,8	22º	Rep. Árabe Síria	2010	0,4	64º
Aruba	2012	1,8	23º	Itália	2012	0,4	65º
Quirguistão	2013	1,7	24º	Bahrain	2013	0,4	66º
Rep. Dominicana	2011	1,6	25º	Geórgia	2012	0,3	67º
Sérvia	2013	1,6	26º	Escócia	2013	0,3	68º
Nicarágua	2012	1,4	27º	Hong Kong SAR	2013	0,3	69º
Argentina	2012	1,4	28º	Honduras	2013	0,3	70º
Romênia	2012	1,3	29º	Japão	2013	0,3	71º
TFYR Macedônia	2010	1,3	30º	Dinamarca	2012	0,2	72º
Chile	2012	1,0	31º	Irlanda	2010	0,2	73º
Peru	2012	1,0	32º	Singapura	2013	0,2	74º
Hungria	2013	1,0	33º	Reino Unido	2013	0,1	75º
Cróacia	2013	1,0	34º	Marrocos	2012	0,1	76º
República da Coreia	2012	1,0	35º	Egito	2013	0,1	77º
Malta	2012	1,0	36º	Anguilla	2012	0,0	78º
Canadá	2011	0,9	37º	Bermudas	2010	0,0	79º
Chipre	2012	0,9	38º	Grenada	2012	0,0	80º
Armênia	2012	0,9	39º	Ilhas Cayman	2010	0,0	81º
Bélgica	2012	0,9	40º	Kuwait	2013	0,0	82º
República Tcheca	2013	0,9	41º	Tunísia	2013	0,0	83º
Nova Zelândia	2011	0,8	42º				

Fonte: Mapa da Violência, (FLACSO, 2015).

De acordo com o relatório da OMS (2002), a base dos programas de enfrentamento à violência contra a mulher nos países desenvolvidos são as casas-abrigo. Nos Estados Unidos, no ano de 1995, havia cerca de 1800 centros de abrigamento, sendo que 1200 deles ofertavam abrigo para casos de emergência. Os centros oferecem grupos de apoio e aconselhamento individual, qualificação pessoal e profissional, programas para as crianças, serviços sociais e legais, além de oferecer tratamento para abuso de drogas e álcool, apoio legal e material.

A primeira casa-abrigo implantada no Brasil foi no ano de 1986, o Convida – Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência, localizada em São Paulo. A partir daí, várias casas-abrigo começaram a ser implantadas, totalizando 72 no ano de 2011 em todo o território brasileiro (SILVA, 2011).

Na década de 90, o movimento global de mulheres foi capaz de influenciar acordos institucionais que tinham como objetivo garantir a igualdade social e de gênero. Essa institucionalização foi representada através das Conferências de Viena, Cairo e Pequim, na Convenção de Belém do Pará e em outros instrumentos jurídicos internacionais e no comprometimento dos governos na implementação de políticas de enfrentamento à violência (DINIZ, 2006).

Em relação às políticas de enfrentamento a violência contra as mulheres, Cruz (2011); SPM/PR (2011) afirma que:

Desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas e da definição de ações e estratégias de gestão e monitoramento relativas à temática. Até então, as iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres constituíam, em geral, ações isoladas e referiam-se basicamente a duas estratégias: a capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e a criação de serviços especializados, mais especificamente Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

As políticas públicas para a violência foram ampliadas e passaram a incluir ações integradas, tais como: criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública. Esta ampliação é retratada em diferentes documentos e leis publicados neste período, tais como: os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica de Padronização dos Centros de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros.

(pg. 9 e 10)

A Figura 1, a seguir, foi elaborada com o intuito de mostrar de forma cronológica os instrumentos e políticas realizadas no decorrer dos anos, a fim de resumir o conteúdo abordado acima. Pode-se perceber que, entre 1985 e 2013, diversas condutas foram tomadas para a erradicação da violência contra as mulheres.

Figura 1: Linha do tempo dos instrumentos para a erradicação da violência contra as mulheres.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Todas as políticas e ações foram criadas com o intuito de transformar a sociedade atual em uma sociedade igualitária no âmbito do gênero.

A seguir, serão abordadas as políticas de enfrentamento à violência que mais possuem relevância para o desenvolvimento dessa pesquisa.

2.2.1 Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006

Maria da Penha é uma mulher brasileira que ficou conhecida pela incansável luta para mudar a realidade precária das mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil, após sofrer duas tentativas de feminicídio por parte de seu marido, agressões essas que a deixaram paraplégica. Ela sofreu com a negligência, omissão e tolerância do Estado em relação à violência doméstica contra as mulheres que, anos depois, em 2001, foi responsabilizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos pelas violações do Estado perante o caso.

Toda essa comoção fez com que o Estado adotasse medidas legislativas e de políticas públicas para enfrentar a problemática no país (Diniz, 2006). Como forma de homenagem, a Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei 11.340/2006) foi sancionada em 7 de agosto de 2006 e ficou conhecida como Lei Maria da Penha.

A referida lei cria meios para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher através do poder público e políticas que garantem os direitos humanos das mulheres, protegendo-as de qualquer tipo de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Um dos meios de garantia da segurança da mulher, prevenindo sua integridade física e psicológica decretada pela lei, é o seu encaminhamento a programas de proteção ou atendimento, afastamento do agressor das dependências residenciais, afastamento do agressor com relação a vítimas e seus filhos ou até mesmo prisão preventiva em até 48 horas após a denúncia.

Na maioria dos casos, o agressor mora com a vítima, sendo um crime de violência doméstica. Sabe-se, portanto, que a vítima é uma mulher e que sofre constantemente com agressões físicas e psicológicas, sendo totalmente dominada e submissa ao agressor. Por isso, durante o processo investigativo, a lei permite que ocorra a prisão preventiva do ofensor, para impedi-lo de agredir ou ameaçar a vítima a fim de que retire a denúncia.

Em caso de violência doméstica, o agressor tem total controle sobre a vítima e é por isso que o Código Penal brasileiro não se aplica nessa situação, pois a lei penal comum não prevê a prisão preventiva de casos de agressão física pura e simples até que a culpa do agressor seja provada em um julgamento justo (PR, 2006).

Segundo FLACSO (2015), a Lei Maria da Penha mostrou-se muito eficiente, pois, após sua implementação, o número da taxa de feminicídio, calculado proporcionalmente ao crescimento populacional feminino, caiu para 1,7% ao ano, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Número e taxas (por 100 mil) de feminicídio.

Ano	n.	Taxas	Ano	n.	Taxas
1980	1.353	2,3	2001	3.851	4,4
1981	1.487	2,4	2002	3.867	4,4
1982	1.497	2,4	2003	3.937	4,4
1983	1.700	2,7	2004	3.830	4,2
1984	1.736	2,7	2005	3.884	4,2
1985	1.766	2,7	2006	4.022	4,2
1986	1.799	2,7	2007	3.772	3,9
1987	1.935	2,8	2008	4.023	4,2
1988	2.025	2,9	2009	4.260	4,4
1989	2.344	3,3	2010	4.465	4,6
1990	2.585	3,5	2011	4.512	4,6
1991	2.727	3,7	2012	4.719	4,8
1992	2.399	3,2	2013	4.762	4,8
1993	2.622	3,4	1980/2013	106.093	
1994	2.838	3,6	$\Delta\%$ 1980/2006	197,3	87,7
1995	3.325	4,2	$\Delta\%$ 2006/2013	18,4	12,5
1996	3.682	4,6	$\Delta\%$ 1980/2013	252,0	111,1
1997	3.587	4,4	$\Delta\%$ aa. 1980/2006	7,6	2,5
1998	3.503	4,3	$\Delta\%$ aa. 2006/2013	2,6	1,7
1999	3.536	4,3	$\Delta\%$ aa. 1980/2013	7,6	2,3
2000	3.743	4,3			

Fonte: Mapa da Violência (FLACSO, 2015).

2.2.2 Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Vimos que há diversas formas de agressão contra à mulher e a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher veio para combater, de forma ampla e bem estruturada, todos os tipos de violência contra a mulher. Desconstruindo a desigualdade, enfrentando a discriminação de gênero, o patriarcado e empoderando a mulher frente a uma sociedade sexista/machista. A Política Nacional possui eixos estruturantes conforme Figura 2 (SPM/PR, 2011).

Figura 2: Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.



Fonte: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011.

Como podemos observar na Figura 2, sob o ponto de vista do enfrentamento, o combate à violência é importante, mas ele não é o único tópico essencial para o desenvolvimento da sociedade perante o problema apresentado. A prevenção, a assistência e a garantia dos direitos das mulheres são pontos abordados pela política. É necessário o envolvimento de diversos setores, como o da saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros (SPM/PR, 2011).

Um dos pontos fundamentais para a prevenção à violência é a disseminação de informação sobre o assunto que pode ser feita através de qualquer tipo de mídia, comunicação em massa e/ou na educação. Segundo Diniz (2006), apesar do assunto violência contra as mulheres ser muito rejeitado pela população (a pesquisa Ibope revela que 91% dos entrevistados abominam o fato de mulheres serem agredidas por seus parceiros), existem pouquíssimas mobilizações da mídia em torno do tema, ao contrário, por exemplo, do assunto prevenção do câncer do colo de útero.

As ações preventivas citadas na Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, são ações educativas e culturais que desconstróem os estereótipos de gênero e valorizam a ética e questões igualitárias, destacando a importância da paz. Campanhas com foco na visibilização do problema violência contra a mulher também estão previstas, rompendo com a tolerância e silêncio da sociedade frente à violência (“em briga de marido e mulher, mete-se a colher”) (SPM/PR, 2011).

Na questão do combate, a Política Nacional garante a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, no que tange aos seus aspectos penais por meio de ações do

Pacto Nacional. Busca-se, também, combater o tráfico e a exploração comercial de mulheres (SPM/PR, 2011).

Sobre a garantia de direitos, é assegurada a implementação de recomendações nos tratados internacionais na área de violência contra as mulheres (principalmente aquelas contidas na Convenção de Belém do Pará) e iniciativas que estimulam o empoderamento feminino e a garantia dos direitos das mulheres perante a justiça (SPM/PR, 2011).

O empoderamento surgiu para desenvolver a capacidade das mulheres em cuidarem de si mesmas, bem como suprirem suas necessidades e promoverem sua autoestima. Ele estimula as mulheres a saírem da submissão (que o patriarcado construiu ao longo dos anos) para alcançarem seus objetivos e livrarem-se de quaisquer tipo de violência (DINIZ, 2006).

Em relação ao eixo de assistência às mulheres em situação de violência, a Política Nacional assegura a criação de serviços especializados e o fortalecimento da rede de atendimento, garantindo apoio humanizado e capacitado para atender as mulheres de forma útil. Além disso, prevê uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência (SPM/PR, 2011).

O monitoramento das ações de enfrentamento à violência é importante para o controle da sociedade sobre as promessas do Estado. O acompanhamento faz-se necessário na análise de quais ações são de fato eficazes e seguras na erradicação da violência e o que deve ser mudado ou melhorado (DINIZ, 2006).

2.3 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: CASA-ABRIGO

Para podermos entender melhor o que é uma casa-abrigo, é preciso compreender quais são as funções de uma casa e de uma instituição no contexto brasileiro.

De acordo com Dicio (2009), a casa é uma moradia construída destinada para habitação, tornando-se o lar de pessoas. Já a instituição é uma organização pública ou privada, que busca solucionar carências na sociedade ou comunidade. Ela possui um conjunto de regras e normas que visam estabelecer uma certa ordem a fim de satisfazer os interesses coletivos.

Os equipamentos denominados como casas-abrigo são uma iniciativa do Estado, que através da Lei Maria da Penha (Lei no 11.340, de 07.08.2006), tornaram-se um regimento que veio para atender as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos), garantindo assim, sua integridade física, moral e emocional. É uma medida protetiva emergencial e sigilosa, considerado como um serviço público de longa duração que abriga as mulheres de 90 a 180 dias, dependendo de cada caso, auxiliando no processo de reorganização da vida e resgate de sua autoestima (SILVA, 2011).

O abrigamento dessas mulheres em situação de risco deve ser feito de forma sigilosa para garantir que não sofram mais violências, tanto por parte do agressor, quanto por parte da população que por ventura possa ser preconceituosa. Por vezes, o sigilo da casa-abrigo não é eficaz, motivo pelo qual é importante a utilização da segurança pública e assistência social para a proteção da mulher e seus filhos (SILVA, 2011).

Segundo Diniz (2006), a questão sobre o sigilo merece ser revista, pois ele contamina toda a equipe das casas-abrigo e as utentes com o medo da onipotência e onisciência atribuídas ao agressor. Por outro lado, o sigilo acaba tirando a responsabilidade do Estado de garantir o direito de ir e vir das mulheres, impedindo-as de usufruírem de sua liberdade: Para a autora “Em algumas casas, as mulheres efetivamente não podem deixar o abrigo, desconhecem elas mesmas o endereço e só podem reconstruir sua vida em outra cidade.” (DINIZ, 2006, pág. 69).

É importante destacar que os casos de encaminhamento às casas-abrigos devem ser apenas em situações extremas, de mulheres que correm risco de vida. Esse seria o ideal do direcionamento, pois as mulheres perdem, temporariamente, a moradia, referências sociais importantes, como vizinhança, escolas, creches etc., bem como, muitas vezes, o emprego, o apoio familiar e os bens materiais (DINIZ, 2006).

O encaminhamento das mulheres vítimas de violência para as casas-abrigo é feito após uma avaliação prévia da gravidade do caso, através de serviços especializados no atendimento de mulheres, pois a linha entre a ameaça, risco de morte e risco de morte iminente é muito tênue. Vale ressaltar também, que em muitos casos, há uma negação da mulher perante a gravidade da violência, por ela estar muito abalada psicologicamente (SILVA, 2011).

Os programas ofertados pelas casas-abrigo têm por finalidade proporcionar o empoderamento e independência da mulher, são eles: atendimento psicológico, social, jurídico, médico, atividades culturais e profissionalizantes. E no desabrigo é importante articular estratégias de inserção da mulher no mercado de trabalho através de programas sociais com geração de renda e também de acesso à moradia. É ofertado também suporte a mulheres com filhos(as) que necessitam de creche, acompanhamento pedagógico, garantia de inserção e permanência na escola. Cabe lembrar que esses serviços não são os mesmos que as mulheres possuíam na comunidade em que estavam inseridas (SILVA, 2011).

Segundo os resultados da pesquisa de informações básicas municipais IBGE (2013), apenas 2,5% dos municípios contam com casa-abrigo, 142 municípios abrigam esse tipo de estrutura, com um total de 155 unidades, sendo que 35% delas não são sigilosas e 70,3% não ofereciam atividades profissionalizantes.

Na Tabela 3, podemos ver que, no Rio Grande do Sul, o número de atendimento por violência de mulheres é muito alto. Percebe-se, também, que o percentual de vitimização feminina é muito maior que as taxas de atendimento.

Tabela 3: Número, taxas de atendimento (por 10 mil) por violência no SUS, segundo UF/região, sexo e índice de vitimização feminina (%). Brasil 2014

UF/REGIÃO	Número		Taxas (por 10 mil)		% Vitim. Feminina
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
Rio Grande do Sul	11.777	5.530	20,3	10,3	98,5
Santa Catarina	6.555	4.817	19,3	14,8	30,2
Sul	30.764	17.330	20,7	12,4	67,8
Distrito Federal	1.769	815	11,9	6,2	91,4
Goiás	3.143	2.312	9,7	7,2	35,8
Mato Grosso	1.269	1.026	8,0	6,4	23,6
Mato Grosso do Sul	4.904	2.907	37,4	22,6	65,1
Centro-Oeste	11.085	7.060	14,5	9,5	52,7
BRASIL	147.691	75.936	14,2	7,8	83,4

Fonte: Mapa da Violência (FLACSO, 2015).

O Decreto Regulamentar nº 01/2006 estabelece as condições de organização, funcionamento e fiscalização das casas-abrigo. A criação de novas casas-abrigo deve-se às necessidades de cada comunidade e às incidências de casos na região. É necessário que se atenda a pré-requisitos básicos como estar

localizada próxima a serviços públicos de ensino e saúde, bem como das forças de segurança territorialmente competentes (PR, 2006).

O alojamento das vítimas de violência pode ser tanto instalações coletivas como apartamentos, dependendo da situação e necessidade de cada caso. As instalações são organizadas de forma que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, atividades diárias que se relacionam com a vida de cada utente e à integração na comunidade (PR, 2006).

As casas-abrigo não devem ultrapassar a capacidade de 30 utentes, incluindo as mulheres e os seus filhos menores de idade. Segundo o Decreto Regulamentar a casa-abrigo deve dispor de:

- a) Espaço para acolhimento; b) Sala de convívio; c) Sala de refeições; d) Cozinha/copa; e) Lavandaria; f) Quartos com área suficiente para mais de uma cama, possibilitando a permanência das utilizadoras e das crianças; g) Espaço próprio para as crianças; h) Instalações sanitárias em número adequado, sendo que uma deve ter acessibilidade total; i) Instalações para o pessoal; j) Gabinete técnico de atendimento especializado; l) Gabinete do diretor técnico.

Ainda, deve haver técnicos com formação, preferencialmente em Psicologia, Serviço Social, Direito e Educação Social. Para uma casa com 30 utentes, faz-se necessário o auxílio de seis ajudantes de lar, um trabalhador auxiliar e um cozinheiro.

Todos os espaços, sejam eles públicos ou privados, existentes nas casas-abrigo, devem seguir a Norma Brasileira de Acessibilidade (ABNT NBR 9050). Os alojamentos devem possuir mobiliário idêntico ao de qualquer habitação, de forma a conseguir um ambiente próximo ao familiar (PR, 2006).

3 MÉTODO DE PESQUISA

O início da pesquisa baseou-se a partir da revisão bibliográfica, que através de livros, artigos e sites, proporcionou material para o aprofundamento do tema e desenvolvimento da presente pesquisa. Com a finalidade de aprofundar os conhecimentos, foi estudada a origem da agressão do homem sobre a mulher, como surgiram as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e como está a situação brasileira nos dias atuais, além das medidas combativas de enfrentamento a esse problema. Esse material deu embasamento para o projeto arquitetônico que será elaborado, considerando as necessidades abordadas ao longo da pesquisa.

Com o decorrer da pesquisa, viu-se a necessidade de entrevistar profissionais de uma casa-abrigo da região, para esclarecer as dúvidas pertinentes que surgiram com o estudo e cujas respostas não foram encontradas na pesquisa bibliográfica. Para isso, foi desenvolvida, então, uma entrevista semi-estruturada que auxiliou no entendimento do funcionamento da casa-abrigo e suas respectivas necessidades.

Com esse levantamento dos dados a partir dessa entrevista, será considerada as informações para que seja feito um projeto de acolhimento o mais próximo das necessidades reais de que as pessoas abrigadas necessitam.

3.1 ENTREVISTA NA CASA-ABRIGO

A primeira tentativa de contato para a entrevista foi via e-mail para a Secretaria de Assistência Social do município de Novo Hamburgo. O educador social Binô Zwetsch, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, respondeu informando que no Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRM) Viva Mulher de Novo Hamburgo, são oferecidas atividades de orientação, atendimento psicológico, social e jurídico a mulheres vítimas de violência doméstica. Foi informado, também, que não existe casa-abrigo no município e que ele possui um convênio com o município de Sapiranga, situação em que encaminhou contato dessa pesquisa com a Coordenadoria da Mulher de Sapiranga.

A entrevista foi realizada com a titular da Coordenadoria da Mulher de Sapiranga, Sra. Maria Isabel do Carmo, no dia 21 de maio de 2018. O método utilizado foi o da aplicação de entrevista semi-estruturada, disponível no Apêndice desta pesquisa. Como a entrevista é semi-estruturada, criou-se um questionário,

mas que ao decorrer da conversa, foram surgindo outras dúvidas, as quais geraram outros questionamentos.

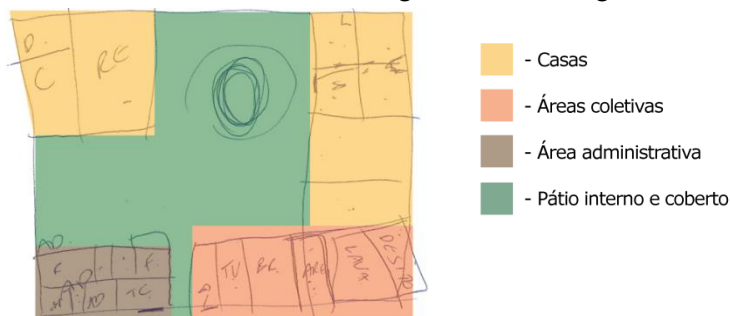
Segundo a entrevistada, a casa-abrigo Jacobina Maurer é regional, situada em Sapiranga, esta possui convênio com os municípios de Esteio e Novo Hamburgo, atendendo mulheres vítimas de violência doméstica e foi inaugurada no dia 22 de Junho de 2016. Os municípios atendidos deveriam contribuir com um valor mensal acordado pelo convênio para a manutenção do espaço, porém, hoje, a casa-abrigo é administrada pelo Ilhê Mulher. Após a abertura da casa-abrigo em Sapiranga, Novo Hamburgo foi o município que mais encaminhou mulheres para o abrigamento. Segundo a afirmação da entrevistada, a abertura de novas casas-abrigo são importantes, pois todas as semanas há ocorrência de mulheres violentadas e as vagas existentes não são suficientes nesta casa para a abrangência contemplada atualmente.

Atualmente, a casa-abrigo conta com um espaço para 20 mulheres, com ambientes como uma sala coletiva que possui sofás e televisão, três quartos coletivos munidos de beliches, refeitório, cozinha (com cozinheira contratada e acompanhamento nutricional às utentes), lavanderia equipadas com máquinas de lavar e secar (que são manuseadas pelos serviços gerais contratados do espaço), e tanques, onde as utentes lavam suas roupas e de seus filhos, banheiro coletivo, sala da administração em conjunto com monitores das câmeras de segurança, recepção, consultório e pracinha.

Após a entrevista com Sra. Maria Isabel do Carmo, ela me levou para conhecer a casa-abrigo Jacobina Maurer, onde a entrevista continuou com a administradora do espaço, Sra. Carla Beatriz Soares, que comentou sobre a falta de planejamento na hora de projetar o espaço, e frisou que os espaços administrativos deveriam ser separados dos espaços destinados ao abrigamento. Inclusive, a entrevistada e as funcionárias da casa fizeram um desenho à mão de como seria a casa-abrigo de Porto Alegre e descreveram os espaços, dizendo que aquele *layout* seria o ideal, conforme apresenta-se na Figura 3. Segundo a entrevistada observou, devem ser previstas áreas de estar externas e cobertas, para dias de chuva, bem como depósitos para alimentos e produtos de limpeza, pois no projeto original não contempla ambientes destinados a esse espaço e, por isso, atualmente ele é improvisado na sede atual. Destacou que quartos individuais são mais eficientes do

que quartos coletivos, pois é importante que cada mulher tenha sua privacidade. Salientou ainda que espaços destinados para atividades como artesanato, crochê e brinquedoteca fazem falta no projeto, conforme vê-se na Figura 4.

Figura 3: Planta baixa da casa-abrigo de Porto Alegre.



Fonte: Elaborado pelas funcionárias da casa-abrigo Jacobina Maurer e alterado pela autora (2018).

Na planta baixa que foi desenhada pela entrevistada, podemos observar que a área administrativa encontra-se separada da área de convívio das mulheres abrigadas. Cada família possui um quarto individual, sendo que o banheiro é coletivo a cada 2 ou 3 quartos e a área de convívio coletivo, encontra-se separada dos quartos, sendo alinhada com a área administrativa. Ao centro do lote, está o pátio interno, onde todos podem circular livremente.

Figura 4: Planta baixa da casa-abrigo Jacobina Maurer.



Fonte: Disponibilizado pela casa-abrigo Jacobina Maurer e alterado pela autora (2018).

A casa possui os seguintes profissionais: oito monitoras no total, divididas nos turnos da manhã, tarde e noite, enfermeira diária e um enfermeiro especializado duas vezes por semana, assistentes sociais, diretora, psicóloga, duas cozinheiras, dois guardas noturnos, motorista, recreacionistas para as crianças e equipe de serviços gerais. De acordo com a entrevistada, que esse número de profissionais é suficiente para a casa suprir todas as suas necessidades.

Em relação às atividades, as mulheres abrigadas participam de oficinas de artesanatos, cursos gerais e palestras, atividades essas realizadas na Coordenadoria da Mulher, pois na casa-abrigo não há espaço adequado. É possível que as mulheres abrigadas trabalhem, porém, nesse caso, são acompanhadas pela motorista da casa e uma monitora. Essas levam e trazem as mulheres do trabalho. Elas são livres para irem, por exemplo, a algum parque com seus filhos, fazerem compras, mas sempre acompanhadas. Elas ainda fazem atividades domésticas, como lavar suas roupas e de seus filhos e esses têm acesso à educação através dos serviços públicos disponibilizados na cidade, mas sempre monitorados.

Segundo salienta Sra. Carla Beatriz Soares, o ideal é que a casa-abrigo esteja localizada em pontos estratégicos, próxima de serviços públicos, tendo em vista a ideia de que as utentes sigam sua vida de uma forma normal e tranquila. Segundo a entrevistada, a casa proporciona tudo o que as utentes necessitarem, como alimentos, fraldas, remédios, etc., e que se elas quiserem trabalhar, esse dinheiro será uma renda extra para seguirem suas vidas após a saída da casa-abrigo. Segundo a administradora revelou também, esta casa-abrigo está fazendo uma parceria com a ONG Mulher em Construção, capacitando as mulheres que querem essa atividade e inserindo-as no mercado de trabalho, as quais dizem terem sonhos depois de capacitadas, revitalizarem os espaços degradados do município.

Segundo observou a entrevistada, o ideal é que o estacionamento tenha poucas vagas, apenas para os funcionários da casa, pois as utentes não recebem visitas, pois antes de irem para a casa-abrigo é questionado aos familiares se eles querem ajudar a mulher agredida, caso ninguém queira abrigá-la, ela é acolhida.

Segundo Sra. Maria Isabel do Carmo, o sigilo é muito importante, mesmo que elas tenham atividades externas, ninguém sabe que aquela mulher é abrigada por ter sido violentada. Assim, elas têm mais liberdade de ir e vir, sem medo de serem repreendidas ou procuradas.

Após o período de abrigamento, se necessário, a mulher é encaminhada para algum aluguel social, trabalho e tudo o que elas precisam para seguir com suas vidas. Nesse período, cada município cuida da mulher ou família que encaminhou para o abrigamento.

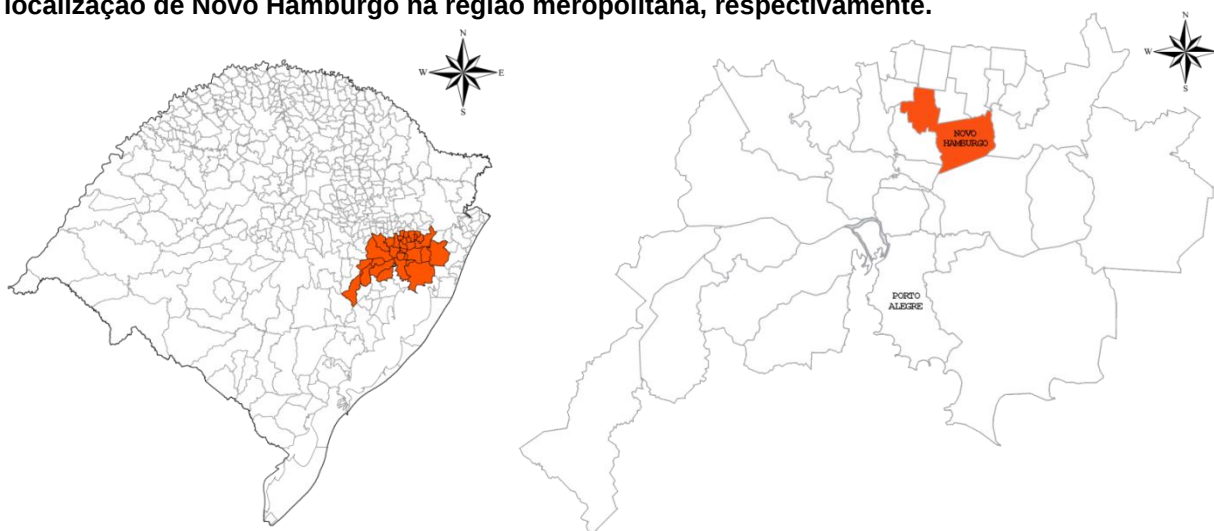
Comparando com todo o estudo realizado, acredita-se que a casa-abrigo Jacobina Maurer é uma exceção à regra, dado o apoio recebido. Pois, conforme Diniz (2006), em muitos casos, as mulheres são abrigadas praticamente em uma prisão, e não podem sair de maneira alguma do abrigo, elas mesmas desconhecem o endereço e só podem seguir com suas vidas após o desabrigamento se for em outra cidade.

4 ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 DADOS DO MUNICÍPIO

Para o desenvolvimento do projeto arquitetônico pretendido foi escolhido o município de Novo Hamburgo, localizado na região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul, Figura 5, e dista 40 quilômetros da capital Porto Alegre. Situado na região do Vale dos Sinos e banhado pelo Rio dos Sinos, faz limite com os municípios de Taquara, Sapiranga, Campo Bom, Dois Irmãos, Ivoti, Estância Velha, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Gravataí. De acordo com o IBGE (2018), Novo Hamburgo ocupa uma área territorial de 223,821 km² e possuía uma população de aproximadamente 238.940 pessoas em 2010.

Figura 5: Mapa de localização da região metropolitana no Rio Grande do Sul e mapa da localização de Novo Hamburgo na região metropolitana, respectivamente.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Tendo em vista que no lote escolhido para implantar o projeto referido possui um edifício que se trata de uma construção de interesse histórico cultural e está localizado na região original da formação do município de Novo Hamburgo, faz-se necessário abordar nessa pesquisa como se deu a ocupação dessa região.

Novo Hamburgo, primeiramente conhecido como “Morro do Hamburguês”, Hamburgerberg, iniciou sua ocupação com a chegada dos imigrantes alemães no início de século XIX, fugidos de suas aldeias por causa da destruição causada pelas guerras napoleônicas e pela privatização das terras comunais. À procura de terras para instalarem-se, os primeiros alemães acomodaram-se nos arredores do que hoje é chamado como Hamburgo Velho, núcleo gerador da cidade de Novo

Hamburgo, (Figura 6). Na época, Hamburgo Velho era uma encruzilhada das antigas rotas que seguiam para os campos de Porto Alegre e região dos Vales, um local propício para ficar. Hamburgo Velho fazia parte do município de São Leopoldo, mas em 5 de abril de 1927, foi emancipado recebendo o nome de Novo Hamburgo (SPOLIER, 2018).

Figura 6: Mapa identificando a separação de Novo Hamburgo e o distrito de Lomba Grande que pertence à Novo Hamburgo e mapa de localização de Hamburgo Velho, respectivamente.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Novo Hamburgo teve seus anos de ouro no desenvolvimento econômico de 1927 a 1990 através da produção industrial de couro, calçados e vasta matéria prima local. Com a fama de “Manchester brasileira”, amplo conhecimento de mercado, ótimas parcerias comerciais e rapidez no crescimento produtivo, Novo Hamburgo começou à exportar calçados para os Estados Unidos (SPOLIER, 2018).

Com toda essa abundância de demanda, e consequentemente de espaços para trabalhar, o fluxo de migrantes para a cidade aumentou de forma significativa dos anos 1940 a 1990. De acordo com o censo do IBGE, em 1927, quando Novo Hamburgo foi emancipada, ela era formada por 8.500 habitantes e, em 1950, o município contava com 29.447 pessoas. Até o final da década de 1990, forma-se um cinturão de comunidades no núcleo que gerou a cidade: nele estão presentes os bairros Centro, Hamburgo Velho, Vila Rosa, Ideal, Rio Branco e Operário (SPOLIER, 2018).

O ecossistema consiste em aspectos físicos de um local, como solo, vegetação, hidrografia e clima. Em Novo Hamburgo, existem quatro tipos preponderantes de solo, são eles: formação Pituva, formação Bom Retiro, formação Rosário do Sul e formação Vacaí. Observando a área do lote escolhido para o projeto, pode-se dizer que o solo é de formação Pituva, pois é um solo argiloso, com tonalidade marrom, abonado em nutrientes e próprio para agricultura e vegetação natural.

O clima é subtropical úmido, apresentando as quatro estações do ano e irregularidade na distribuição dos períodos de chuva. Possui boa insolação com temperaturas médias de 19,4 °C. Tem vento predominantemente vindo do sudeste e, de acordo com o Projeteee (2018), em 56% do ano a população sofre de desconforto por causa do frio, 15% do ano o conforto térmico é adequado e, em 29% do ano, há um desconforto por causa do calor.

4.2 APRESENTAÇÃO DO LOTE

O lote escolhido possui uma pré-existência, localizado no bairro Hamburgo Velho, centro histórico de Novo Hamburgo. O edifício existente foi antigamente o Jardim de Infância da Escola Pindorama e hoje está em processo de tombamento pelo município de Novo Hamburgo.

Em 1964 iniciou-se a construção do Jardim de Infância Pindorama no alto da rua Piratini, que foi construído com o material de demolição da antiga casa paroquial de Novo Hamburgo e em 1965, a construção foi concluída, conforme Figura 7. Conhecida como “um pequeno paraíso”, a escola contava com técnicas para o desenvolvimento da criança consideradas inovadoras para a época, como por exemplo, brinquedos pedagógicos, desenvolvimento motor através da música, jardim, animais, blocos lógicos, etc. (SARLET, 1993).

Figura 7: Jardim de Infância da Escola Pindorama, instalado na rua Piratini, no anos 60.

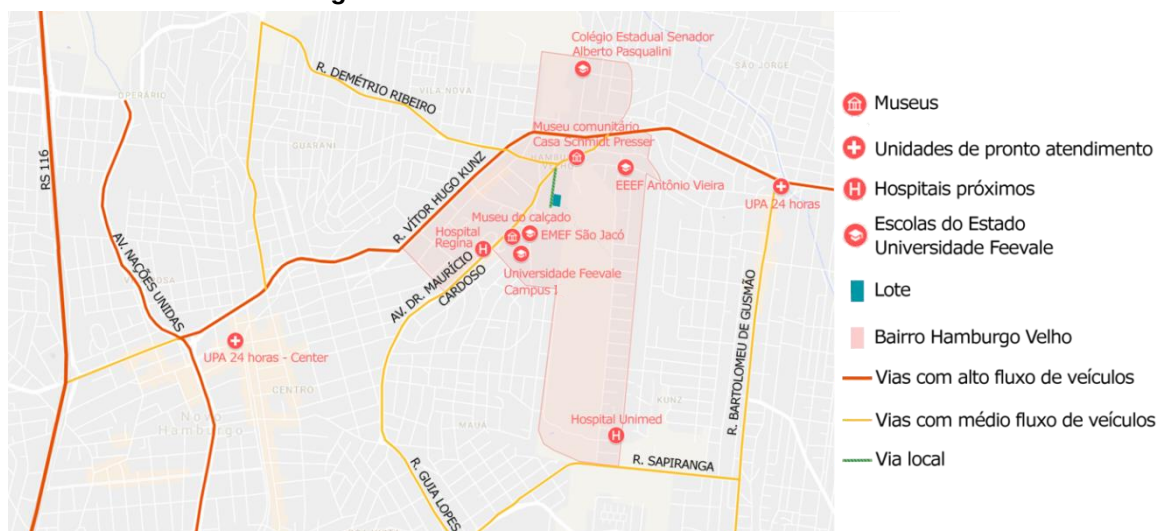


Fonte: Sarlet, Erica Dorotéa (1993).

O lote escolhido está localizado em um ponto estratégico, em seu entorno existem equipamentos de educação e de saúde, museus, que auxiliam na capacidade de reflexão sobre a própria cultura e histórico do município. Também está próximo à Universidade Feevale, que possui vários programas de extensão vinculados com projetos sociais de diversas áreas.

A análise da macro acessibilidade, demonstra que o lote é de fácil acesso. A rua Vítor Hugo Kunz conecta o município de Campo Bom com a RS 116, já a avenida Dr. Maurício Cardoso faz a conexão da rua Vítor Hugo Kunz com a rua Piratini (rua de acesso ao lote). A avenida Dr. Maurício Cardoso é considerada uma avenida muito importante, onde se localiza a Universidade Feevale – Campus I, o Hospital Regina e empreendimentos comerciais (Figura 8).

Figura 8: Análise da macro acessibilidade.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O lote também faz divisa com o Parque Henrique Luiz Roessler, mais conhecido como Parcão, que é a primeira reserva ambiental da cidade e possui uma área de 54,16 hectares, grande variedade de animais silvestres e vegetação nativa, onde é possível usufruir das atividades disponibilizadas como trilhas e eventos que acontecem no local.

4.3 CARACTERÍSTICAS DE OCUPAÇÃO

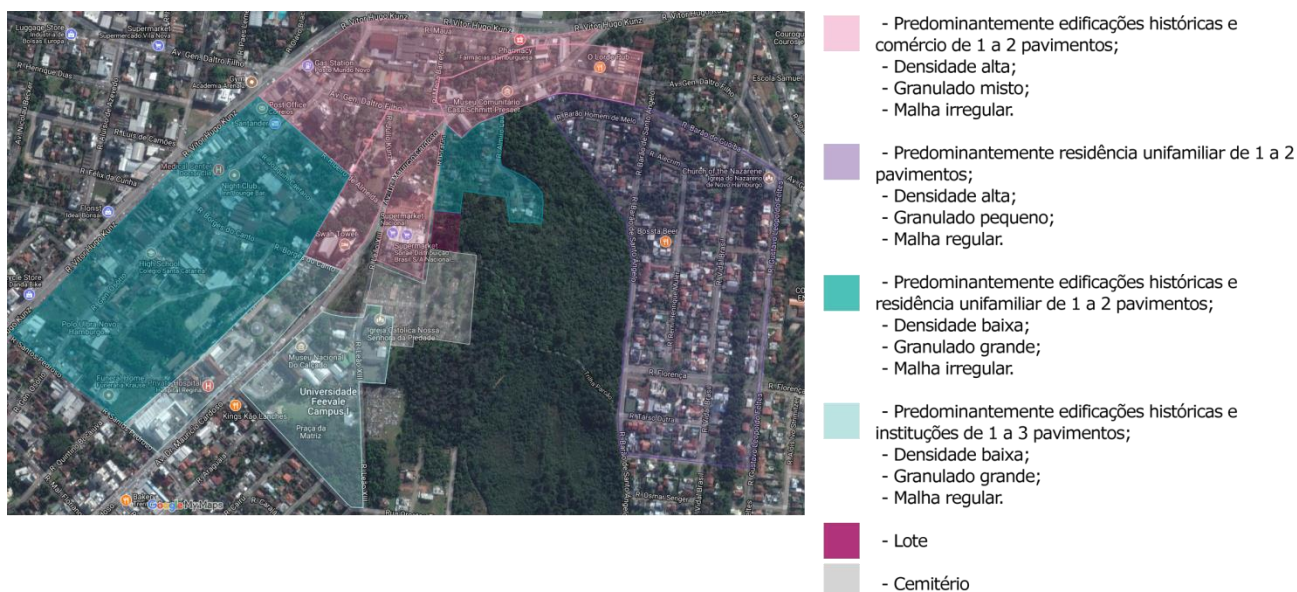
Em relação aos usos do entorno, o bairro é considerado de uso misto, possui residências, comércio e instituições. Num âmbito geral, conforme a Figura 9, podemos perceber que o bairro possui, na sua maioria, vias retilíneas, facilitando na visualização do todo quando se está caminhando pelas calçadas. Há uma predominância de cheios sobre os vazios, ou seja, existem mais espaços construídos do que vazios sem utilização e o formato das quadras são bem variadas, não possuindo um padrão bem conformado.

Figura 9: Mapa fundo/figura do cenário existente.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Através da Figura 10, podemos notar que no entorno imediato do lote existe comércio, residência unifamiliar, edificações históricas e o cemitério. A predominância de altura dessas tipologias é de 1 a 2 andares. Próximo ao lote, existe uma edificação residencial multifamiliar de 7 pavimentos e um pouco mais distante está localizado o hotel Swan Tower, com 18 pavimentos, que não acarretaria problemas para a implantação da casa-abrigo no terreno escolhido, justamente por ser bem arborizado, dificultando a visão superior para dentro.

Figura 10: Mapa de uso do solo.

Fonte: Google Maps (2018), alterado pela autora.

O movimento de pessoas, em função dos comércios e instituições, aumenta a sensação de segurança no espaço público, pois são mais pessoas se olhando e se cuidando. Esse fator também não iria atrapalhar a privacidade das mulheres abrigadas, pois a rua em que o lote está instaurado é sem saída, ou seja, apenas os veículos das residências da rua Piratini ou que querem visitar o cemitério circulam nela. Como podemos ver na Figura 11, a rua Piratini e os terrenos no entorno do lote são bem arborizados, protegendo visualmente as edificações, protegendo também do sol, do barulho e do vento. A vegetação excessiva torna o ambiente propício para os animais, fazendo com que a sensação de estar lá seja de paz e tranquilidade ao som dos cantos dos pássaros.

Figura 11: Foto da rua Piratini.

Fonte: Google maps (2018).

4.4 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO LOTE

De acordo com os estudos preliminares do local e embasamento na literatura de Gehl (2015), o entorno do lote contempla funções urbanas diversificadas – moradia, trabalho, educação, serviços como cultura, arte e lazer entretenimento e gastronomia – toda essa diversidade oferece uma base econômica e social para o bairro e vitalidade ao espaço. Quanto mais pessoas circulando e frequentando os espaços coletivos, maior a sensação de proximidade, compartilhamento, inclusão e animação o espaço urbano terá. Quanto mais diversificado o espaço urbano é, mais humano ele será, como é a situação encontrada no entorno ao lote escolhido.

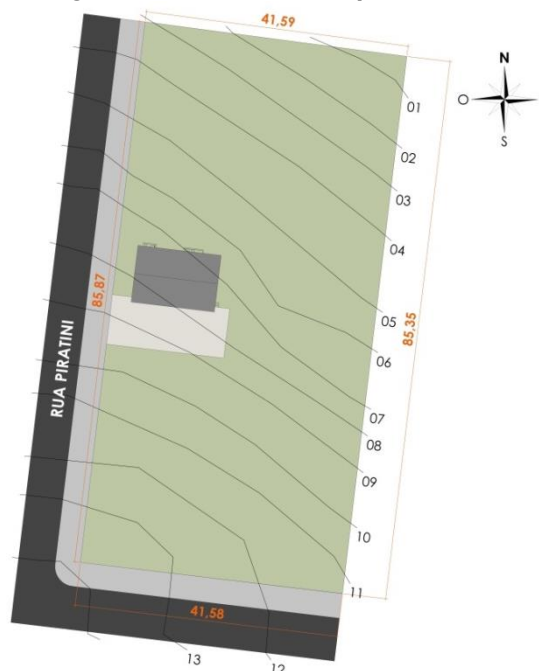
Nós moldamos a cidade e, conseqüentemente, o ambiente em que estamos inseridos nos molda também, ou seja, estar em um ambiente adequado, confortável, faz com que sejamos inspirados pelo espaço, já o oposto, nos torna cidadãos brutalizados (GEHL, 2015).

Em relação à edificação histórica, essa foi uma escolha de projeto, ao fazer uma conexão conceitual entre uma edificação abandonada e as mulheres em situação marginalizada. A questão do abandono da edificação começa a partir do momento em que os centros urbanos brasileiros, mais valorizados por causa da especulação imobiliária, se tornam mais importantes que os centros históricos, do que os lugares originários das cidades. Após os donos mudarem-se, abandonando essa edificação histórica, que antes tinha uma responsabilidade afetiva por parte de seu antigo morador, inicia-se o processo de degradação, seguido por seu abandono total e rebaixamento social (BRAGA, 2018). A questão da marginalização das mulheres retratadas por esta pesquisa, não está diretamente relacionada com a situação de um crime cometido por elas, mas está relacionado por elas serem colocadas à margem pela sociedade e pela vulnerabilidade de sua situação. As mulheres, além de serem violentadas pelo agressor, muitas vezes são violentadas pela família, por não aceitarem-nas nas condições em que se encontram. Tantas outras vezes são violentadas pela sociedade, que as culpam por estarem nessa condição. Assim, tanto a edificação como a mulher estão à margem dessa sociedade – a antiga escola está degradada mesmo a revelia de sua importância histórica, assim como a mulher, está desmerecida de seu lugar de dignidade como ser humano.

4.5 ANÁLISE DO SÍTIO

O lote possui uma metragem de 3.559,76m², possui bastante declividade, tendo ao todo 13 curvas de nível, como podemos observar na Figura 12. O terreno é bem arborizado, mas não possui nenhum registro das classificações da vegetação e localização das mesmas.

Figura 12: Metragem do lote e suas respectivas curvas de nível.



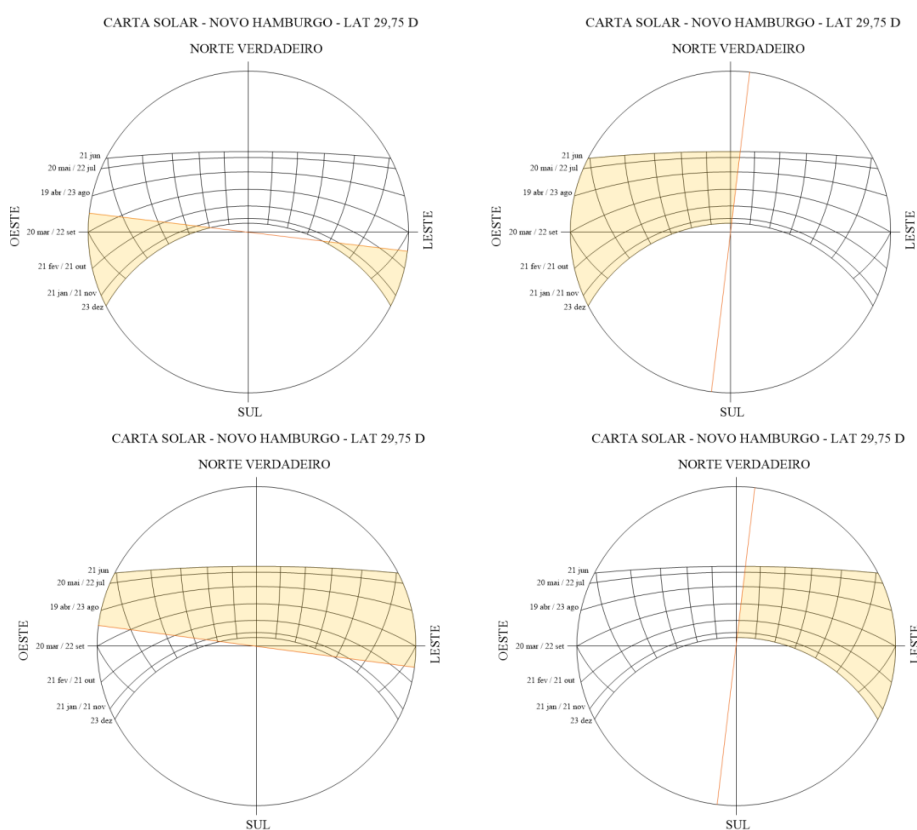
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Como já citado anteriormente, no lote possui uma pré-existência que antigamente era de propriedade da escola Pindorama, porém hoje, o prédio encontra-se abandonado. Conforme a Secretaria Municipal da Cultura de Novo Hamburgo, eles têm interesse de tomba o antigo jardim de infância Pindorma, porém esse imóvel ainda não consta na lista de imóveis inventariados pelo município. Através de pesquisas, pode-se afirmar que este imóvel é classificado como Patrimônio Cultural Material, e, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), toda intervenção em um imóvel tombado deverá, por princípio, manter as características espaciais e construtivas originais. Devem ser preservados os valores atribuídos ao imóvel no processo de tombamento.

Para a análise da insolação foi aplicada a Carta Solar, o lote localizado na cidade de Novo Hamburgo está na latitude 29,75°. Conforme a Figura 13, podemos

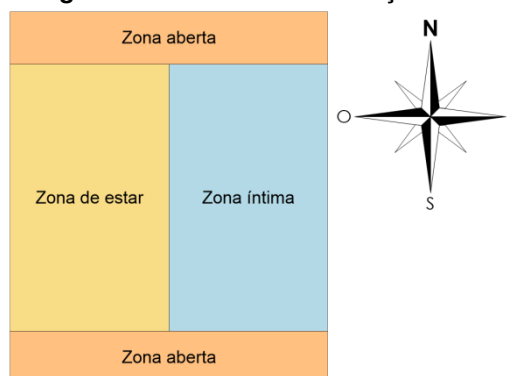
ver que na fachada norte do lote, a incidência solar começa do amanhecer e vai até o anoitecer. Na fachada leste, podemos observar que a incidência solar ocorre o ano todo na parte da manhã, ou seja, das 6 horas até o meio dia. Já na fachada sul, a incidência solar ocorre das 6 horas às 8 horas e das 14 horas às 19 horas, ocorrendo apenas no verão. E na fachada oeste, podemos observar que a incidência solar ocorre o ano todo na parte da tarde, ou seja, do meio dia até as 19 horas.

Figura 13: Cartas solares.



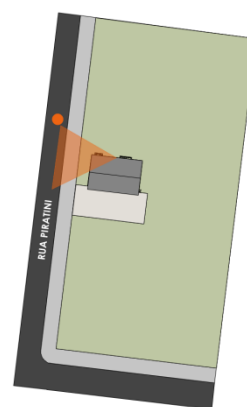
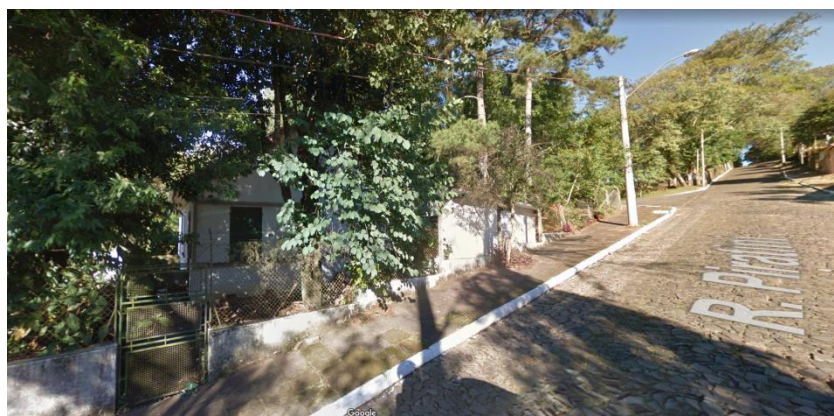
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Através dessa análise, é possível desenvolver princípios para a implantação dos volumes no sítio, conforme Figura 14. As zonas abertas podem ter algum mecanismo de proteção do sol na fachada, ou com árvores caducas, ou com um beiral maior, pois a fachada norte recebe mais a incidência do sol, a fachada sul recebe a incidência solar mais na parte da tarde. As zonas íntimas ficam viradas para o leste, recebendo os raios de sol da manhã e as zonas de estar ficam viradas para o oeste, recebendo o sol da tarde.

Figura 14: Estudo da insolação.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

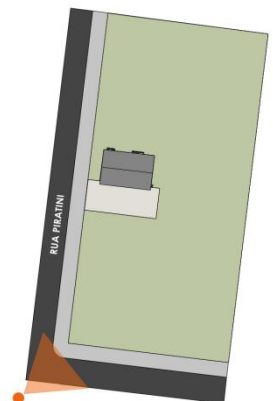
Para um melhor entendimento do lote e percepção do fluxo, bem como de seu entorno, foram realizadas visitas ao local além de um levantamento fotográfico do terreno e da pré-existência. Na Figura 15, fachada leste, a rua Piratini, como já referido, é uma rua calma e tranquila, acessada por pessoas que se dirigem ao cemitério e pelos moradores locais, ou para acesso ao Parcão.

Figura 15: Foto do lote.

Fonte: Google maps (2018).

Na Figura 16, podemos observar que a esquina do lote é bem arborizada e que a rua perpendicular à rua Piratini tem um espaço muito maior que a rua Piratini e é asfaltada, essa rua sem nome dá acesso à trilha do Parcão e é propícia para manobra de carros, já que a rua que dá acesso ao lote é estreita.

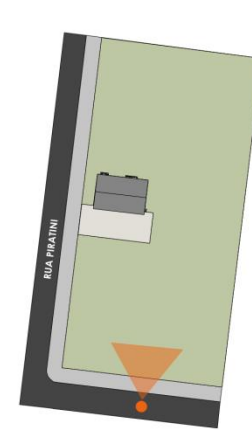
Figura 16: Foto do lote.



Fonte: Google maps (2018).

A foto tirada a partir da calçada para dentro do lote mostra qual é o estado do terreno. Podemos ver uma presença grande de vegetação, uma rampa orgânica que dá acesso à parte mais plana do lote. Essa rampa, provavelmente, era o acesso principal do jardim de infância Pindorama, e, ao fundo, vemos o patrimônio a ser tombado pelo município, à esquerda e à direita, uma outra edificação, que não foi possível identificar sua função e não está na lista de tombamento (FIGURA 17).

Figura 17: Foto do lote.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Observando as imagens do lote, pode-se concluir que há grande arborização e que olhando o lote da rua, é quase imperceptível a presença de espaços livres em seu núcleo. Nesse sentido, cabe salientar que é sabido que a natureza pode ajudar no processo de melhoria da saúde das pessoas, ajudando-as a controlar o stress e a ansiedade. A conexão com a natureza promove o contato e o apoio social, além da

prática de exercícios físicos e acesso a distrações positivas, tais como animais, arte e música.

A arborização existente também funciona quase como um *mashrabiya* (termo utilizado para um elemento da arquitetura árabe tradicional, esse elemento é uma treliça que é colocada em frente as janelas da fachada), que permite que as pessoas de dentro enxerguem o que está fora, e quem está fora tem dificuldade de enxergar o que está dentro. Acredito que a entrada principal deva ser preservada, tanto pela questão histórica, quanto pelo espaço de manobra em frente à entrada.

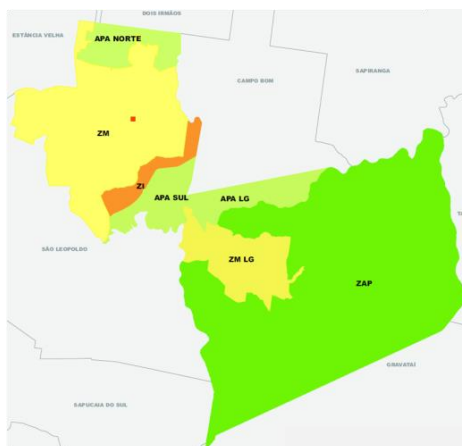
4.6 PLANO DIRETOR E REGIME URBANÍSTICO

A Lei Municipal Nº 1.216/2004 institui o Plano Diretor Urbanístico Ambiental – PDUA do município de Novo Hamburgo. Tem como objetivo criar e aplicar instrumentos básicos para o desenvolvimento urbano e rural do município.

Na Seção II – Da Estrutura Urbana são apresentados os elementos que constituem a estrutura urbana, são eles o macrozoneamento, a setorização, as áreas especiais e o sistema viário (NH, 2004).

Referente ao macrozoneamento, o lote está localizado na Zona Miscigenada (ZM), como mostra na Figura 18, disponibilizado no Anexo 06 da Lei Complementar, Mapa 02. A Zona Miscigenada prevê ocupações do solo compatível com as características urbanas e infraestrutura local. As zonas histórico-cultural, onde está localizado o lote, são tratadas como Área Especial (AE), para que as especificações desse espaço sejam atendidas (NH, 2004).

Figura 18: Mapa do Macrozonemanto com o lote marcado em vermelho na ZM.



Fonte: Anexo 06 da Lei Municipal (2014), alterado pela autora.

As macrozonas miscigenadas são divididas por setores e corredores, e conforme o Anexo 06, o lote está localizado no Centro Histórico de Hamburgo Velho (CHHV) (FIGURA 19). Segundo Art. 32 da Seção IV – Da Setorização, esse setor possui característica histórico-cultural, com uso preferencialmente de habitação unifamiliar, apresentando necessidade de programa e projetos especiais (NH, 2004).

Figura 19: Mapa da Setorização com o lote marcado em branco no CHHV.



Fonte: Anexo 06 da Lei Municipal (2004), alterado pela autora.

O regime urbanístico tem como função fazer o controle das construções no território, através dos índices construtivos. Como podemos ver na Tabela 4, os índices construtivos estão descritos e destacados conforme o setor do projeto (NH, 2004).

Tabela 4: Regime urbanístico.

Instituído pelo Art. 43																							
MAPA 03																							
Macrozoneamento		APA		ZM																	ZAP	ZI	
Regime Urbanístico	Setores	APA Norte	APA Sul	APA LG	SM1	SM2	SM3	SM4	SCC	CHHV	CC	CCS	CTT	CTR	CD	SCLG	Passo do Peão	Wallahai	Passo dos Corvos	Rotermund	ZAP	ZI	
	TO	%(máx)	10	5	5	75	75	75	75	75	50	50	75	75	75	75	50	50	30	50	30	5	75
	IA	%(máx)	0,2	0,1	0,1	2	1	2,4	2	4	1	1	2,4	2,4	1	2,4	1	1	1	1	0,1	1	
	ALTURA (H)	m(máx)	7,95	7,95	7,95	-	13,35	-	-	-	7,95	7,95	-	-	-	-	13,35	13,35	13,35	13,35	13,35	-	-
	RECUBO DE AJARDINAMENTO	m(min)	10	10	10	4	4	4	0	0	-	-	0	0	5	0	10	10	10	10	10	10	-
	AFASTAMENTOS A=H/6 (min)	Lateral	S	S	S	S	S	S	S	S	CE	-	-	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S
		Fundos	S	S	S	S	S	S	S	S	CE	-	-	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S
	Fronte	S	S	S	S	S	S	S	S	N	-	-	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	
	OBSERVAÇÕES				2/5/6	2/5/6	2/5/6	2/5/6	7	3	3	1/5	1/5	2/4/5	1/5		2/5/6	2/5/6	2/5/6	2/5/6		1/5/6	

Fonte: Anexo 01 da Lei Municipal (2004), alterado pela autora.

A observação número 3 da Tabela, define que todas as edificações desse setor devem passar por uma análise das Diretrizes Urbanísticas Especiais (DUE). De acordo com NH (2016), os projetos situados dentro do setor CHHV e Corredor Cultural (CC) devem atender as diretrizes da Comissão do Patrimônio Cultural e Natural (CPCN), através da Diretriz Urbanística Especial.

Analisando a área do lote ($3.559,76\text{m}^2$) é possível chegar aos seguintes índices atribuídos ao terreno:

- 1) Taxa de Ocupação (T.O): $1.779,88\text{m}^2$
- 2) Índice de Aproveitamento (I.A): $3.559,76\text{m}^2$
- 3) Altura Máxima (H): 7,95m

5 PROJETOS REFERENCIAIS

Neste capítulo serão apresentados projetos referenciais análogos e formais, com o propósito de embasar as intenções de projeto. Todo o estudo das referências contribuiu para reunir um repertório arquitetônico, em que as referências análogas ajudarão a compreender o programa de necessidades, organização dos espaços e organização dos fluxos, já as referências formais irão demonstrar intenções de linguagem, técnicas construtivas e materialidades de acordo com o projeto pretendido.

5.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS

5.1.1 Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica em Israel

A Amos Goldreich Architecture projetou uma casa-abrigo para vítimas de violência doméstica localizado em Israel. O terreno foi uma doação da prefeitura local, cujo objetivo principal era criar um abrigo seguro e protegido, mas que trouxesse aos seus habitantes (mulheres e seus filhos) uma sensação de lar, sem que se sentissem em uma prisão (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

O local para a implementação do projeto foi um desafio para o escritório, já que a vizinhança não aceitou muito bem a ideia de ter uma casa-abrigo no bairro. Foi necessário, então, um processo de trabalho colaborativo com a vizinhança e os usuários finais. Todo esse processo levou o escritório a criar um edifício com duas fachadas, a fachada externa que possui uma estética mais hermética, apenas com aberturas necessárias para iluminação e ventilação, trazendo uma sensação de segurança e proteção, e a fachada interna, que possui uma estética mais leve, com muitas aberturas e fechamentos em vidro e a tensão toda direcionada para o pátio interno, conforme a Figura 20 (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

Figura 20: Fachada externa e fachada interna, respectivamente.



Fonte: Amos Goldreich Architecture (2018).

O edifício teve como conceito a ideia de ser uma pequena vila, que acomodasse diversas funções. Cada família possui uma “casa” independente, sendo que essa, fica separada das áreas de serviços e pracinha, decisão tomada a fim de simular uma rotina diária normal no abrigo.

O pátio interno, considerado um santuário verde, cumpre o papel de ponto de encontro dos moradores, também proporciona conexões visuais entre todos, principalmente com a mãe da casa e as famílias residentes. O corredor interno semi-aberto, tem a função de acomodar as pessoas em dias chuvosos ou protegê-las do sol excessivo, ele conecta todos os ambientes e também proporciona uma troca de olhares entre as pessoas, conforme Figura 21 (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

Figura 21: Planta baixa térrea e superior da casa-abrigo.



Fonte: Amos Goldreich Architecture alterado pela autora (2018).

Observando a planta baixa, pode-se dizer que a área administrativa está bem definida, com pouca integração com a área de convívio das abrigadas e seus filhos. A casa-abrigo conta com escritórios, sala de reuniões, copa para funcionários, banheiro para funcionários, depósitos e despensas, pracinha, brinquedoteca, salas multiuso, sala para aconselhamento com advogado, lavanderia, cozinha, refeitório, sala coletiva, casa da família normalmente com banheiro compartilhado a cada duas casas, pátio interno e externo. Ao todo, a edificação alcança a área de 800,00m² e o valor da construção custou cerca de 1.500.000,00 euros.

De acordo com Amos Goldreich Architecture (2018), o abrigo foi projetado em conjunto com a equipe que o administrará, justamente para conseguir atender a todas as necessidades. A equipe ainda complementa dizendo que, apesar do financiamento limitado, é possível fazer um edifício funcional e belo, digno de moradia.

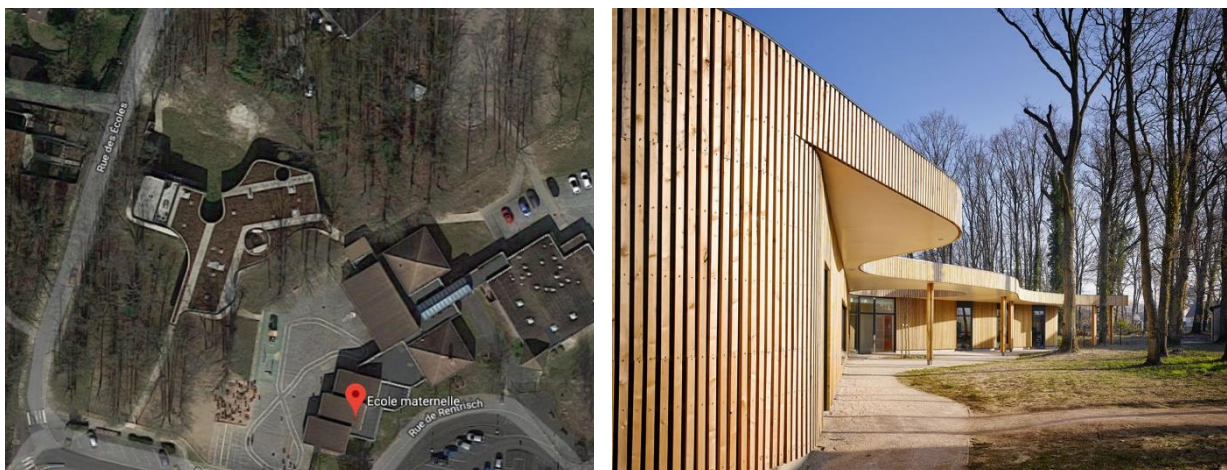
Esse projeto aborda características de projeto como, por exemplo, a organização dos fluxos, a separação da área administrativa da área de convívio das mulheres, espaços de lazer de qualidade e a questão das fachadas externas serem tratadas de forma diferente das fachadas internas, estratégias consideradas relevantes para a implementação da casa-abrigo.

5.1.2 Edifício Escolar com Habitação de Baixa Renda

O edifício escolar projetado pelas empresas MU Architecture e Archicop está localizado em uma área florestal em Briis-sous-Forges na França. Ele oferece, além das instalações escolares para crianças de três a dez anos, uma casa para uma família de baixa renda, que futuramente pode ser ampliada. Desde pequenas as crianças começam a ter esse contato com a natureza, aprendem a observar as estações do ano, entre tantas outras percepções.

A floresta presente no ambiente serviu como ponto de partida para a implantação do projeto. Através da localização e densidade da mata, se criou uma percepção de que forma o edifício seria melhor implantado, como mostra na Figura 22. Essa percepção foge do pensamento comum de que o ambiente em que o edifício será construído é que tem que se adaptar. O projeto faz uma reinterpretção da mata num todo, criando clareiras, incorporando uma volumetria orgânica, com cores marrons e telhado verde (DEZEEN, 2018).

Figura 22: Implantação respeitando a densidade das árvores e fachada, respectivamente.



Fonte: Imagem de satélite do Google e DEZEEN (2018).

As fachadas são revestidas com sarrafos verticais de madeira de lariço (espécie de árvore), que assemelham-se aos troncos das árvores no entorno da edificação. Como podemos ver na Figura 23, o telhado ondulado se estende para abrigar as circulações externas e alguns pátios, em certos momentos, há espaço para o cultivo de algumas árvores em seu centro, e o que sustenta o telhado, em diversos momentos, são colunas de madeira (DEZEEN, 2018).

Figura 23: Planta baixa da escola e instalações para as crianças.



Fonte: DEZEEN alterado pela autora (2018).

A escola é térrea e conta com sala técnica, escritório do diretor, enfermaria, salão de chá, depósitos, vestiários para funcionários e infantis, banheiros, salas de atividades para as três faixas etárias (berçário, jardim de infância e elementar), sala de descanso, sala de artes plásticas e ludoteca. Podemos observar na planta baixa que o projeto possui três extremidades, cada uma delas atende a faixas etárias diferentes. Além de ter uma escada externa que leva à residência para moradores de baixa renda que fica no segundo andar, possuindo uma cozinha, área de estar, terraço conectado com o teto verde da escola, um quarto e um banheiro, onde a casa está inserida, é o único lugar do projeto que possui dois pavimentos (DEZEEN, 2018).

O edifício, num todo, apresenta um aspecto lúdico, de acordo com o meio em que ele está inserido. A entrada principal fica em uma das seções envidraçadas do projeto, os espaços abertos entre as salas de aula colabora para uma ótima iluminação e ventilação natural, além de sensação de amplitude do espaço.

Apesar desse projeto não ser uma casa-abrigo, ele foi escolhido como referência por estar localizado em uma área florestal assim como o lote proposto nesta pesquisa, que possui uma grande massa de vegetação. As árvores serviram como diretriz para o projeto, formando uma volumetria orgânica e com materiais que fundem-se com a natureza. O conceito do projeto, pelos três braços que atendem três faixas etárias diferentes, pode ser adaptado para as necessidades da casa-abrigo pretendida.

5.1.3 Refúgio das Mulheres de Kilimanjaro

A Organização de Consultoria e Intercâmbio de Informações sobre Mulheres do Kilimanjaro (KWIECO), convidou as arquitetas Hollmèn, Reuter e Sandman para projetar o abrigo para mulheres na cidade de Moshi, na Tanzânia. A Organização oferece moradia para mulheres vítimas de violência doméstica, além de auxílio sobre questões jurídicas e de saúde, insere-as em programas sociais e de geração de renda. Essa entidade conseguiu angariar fundos do Ministério dos Negócios Estrangeiros Finlandês e de várias fundações finlandesas para a primeira fase do projeto KWIECO (DEZEEN, 2012).

As arquitetas apropriaram-se da cultura local para projetar o abrigo e envolveram seus usuários no processo criativo, para garantir que suas necessidades fossem atendidas.

Na entrada do abrigo, existe um portão com um símbolo muito significativo, a mensagem que ele quer passar é: “Direitos iguais para todos são a base do desenvolvimento”. Ele foi inspirado nos desenhos que expressam algum enigma ou provérbio presentes nas saias kanga usadas pelas mulheres da região (FIGURA 24).

Figura 24: Portão de entrada do abrigo.



Fonte: DEZEEN (2012).

Conforme Dezeen (2012), o refúgio é composto por vários edifícios amarelos (cor escolhida para complementar a terra vermelha) dispostos em torno de um pátio, conforme Figura 24. Foi construído com materiais locais e métodos de construção conhecidos pelos construtores, pois assim o projeto se adequaria melhor ao contexto e ao clima predominante. As arquitetas preocuparam-se em projetar uma arquitetura familiar para quem iria utilizar, que fosse convidativa e segura.

Foram inseridos vários detalhes vernaculares para melhorar a sensação térmica do projeto, incluindo portas revestidas com painéis verticais de bambu e tetos em algumas das salas feitas de folhas de bananeira.

Clarabóias foram inseridas nos quartos para permitir a entrada de iluminação natural e minimizando a utilização da iluminação artificial. Já nos banheiros, as paredes incorporam azulejos feitos de garrafas de vidro recicladas que fazem essa transferência da luz externa para dentro do ambiente, conforme Figura 25.

Figura 25: Edifícios ao redor de um pátio central e banheiros com iluminação natural.

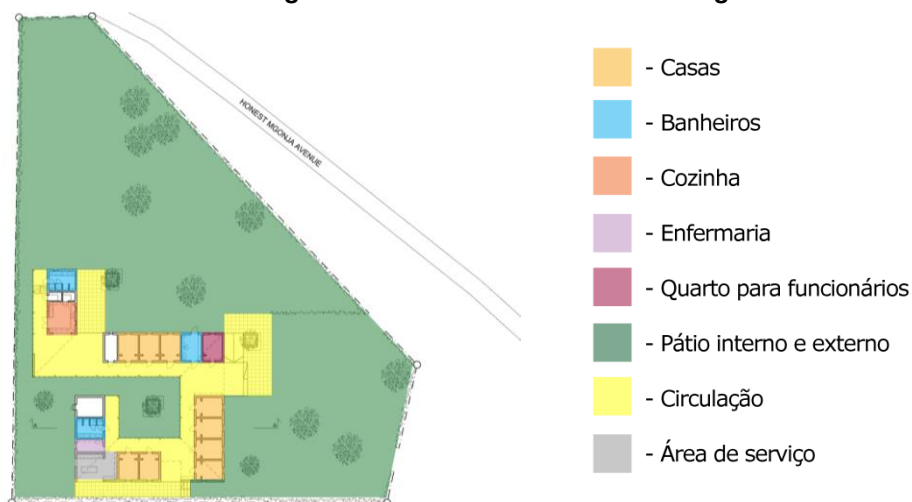


Fonte: DEZEEN (2012).

Os prédios ficam mais ao centro do lote, afastados da testada do terreno, onde está a rua, dando, assim, privacidade às vítimas abrigadas. Os blocos que abrigam diversos ambientes, se abrem para o pátio interno, que oferece um espaço protegido para atividades ao ar livre (DEZEEN, 2012).

O projeto possui quartos, banheiros, enfermaria, quarto para funcionários, área de serviço, cozinha e a área de jantar é livre. As áreas externas cobertas podem ser utilizadas como áreas para reuniões e seminários. A posição dos vazios no projeto estimula a ventilação natural, resfriando, assim, todos os edifícios (FIGURA 26).

Figura 26: Planta baixa da casa-abrigo.



Fonte: DEZEEN (2012).

A escolha desse projeto como referência análoga se dá por causa da apropriação cultural que os arquitetos tiveram com relação ao projeto, nas questões

de cores, símbolos, sistema construtivo, detalhes vernaculares, ou seja, que é específico da região para melhorar a eficiência térmica dos prédios e seu layout no geral. Apesar do projeto não possuir área administrativa, podemos ver que há uma preocupação com a privacidade das pessoas, tanto que possui um pátio interno, para que ninguém corra o risco de ser visto por alguém da rua.

5.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS

5.2.1 Centro das Mulheres em Rufisque, Senegal

O centro das mulheres em Rufisque, no Senegal, foi projetado pelas arquitetas Hollmèn, Reuter e Sandman para o Ministério dos Negócios Estrangeiros Finlandês. O projeto possui uma área de 220,00m² e custou em torno de 77 mil dólares.

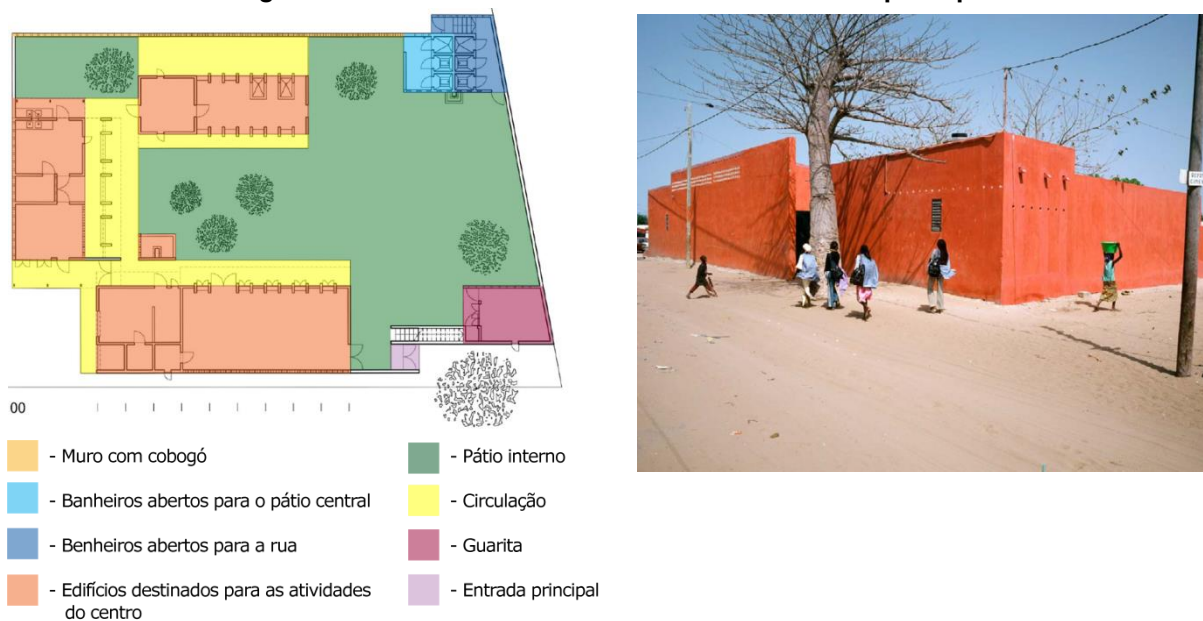
O centro está localizado no meio do tecido urbano informal ao norte de Rufisque, em torno de uma depressão larga, mas superficial, que geralmente é inundada durante a chuva, que tem como precipitação anual cerca de 61 centímetros. A cidade está situada em uma área arenosa plana, possui um clima com estações bem definidas, apesar do clima seco e árido ter se tornado recorrente nos últimos 15 anos.

O programa de necessidades foi desenvolvido em conjunto com a comunidade que iria usufruir das atividades do centro. Era necessário que o centro ajudasse no desenvolvimento de habilidades associadas a tarefas das mulheres tradicionais para geração de renda, como oficinas de tingimento, costura, tricô, tais como tapeçaria e macramê, por exemplo. O centro também oferece um espaço, tipo creche, para as crianças ficarem enquanto suas mães se desenvolvem, e desempenha um papel no entretenimento local, quando, aos sábados à noite, ocorre uma dança típica, a soirées, que acolhe a comunidade local, tanto homens, quanto mulheres de todas as idades.

Como podemos verificar na Figura 27, o projeto inicia-se com um ponto de guarita na esquina do lote, para facilitar na circulação de pessoas que entram, saem e circulam perto do centro. Esse é o único volume que possui uma laje de concreto, pois ele serve como forma do terraço para o reservatório. Os edifícios destinados para as atividades do centro se comportam em forma de U, em torno do pátio central. E no canto oposto à guarita, existem dois banheiros, um destinado à

comunidade, aberto para a rua e outro destinado ao público do centro, aberto para o pátio central. Um muro faz a ligação de todos esses prédios, dando a sensação de unidade e em uma das fachadas, esse muro possui uma espécie de cobogó de concreto, que ajuda no sistema de ventilação (VARANDA, 2014).

Figura 27: Planta baixa do centro e foto da entrada principal.



Fonte: VARANDA (2014).

As arquitetas inspiraram-se nas habitações tradicionais do Senegal, no quesito forma e técnica construtiva, porém foram aplicadas técnicas diferenciadas para conforto climático. O projeto fica alinhado com a testada do lote, para ajudar a definir o espaço urbano que é mal definido.

A altura dos edifícios fica em torno de 4,5 metros, e os telhados são de uma água, direcionados para o centro do lote, para quem olha de fora o prédio é uma grande massa compacta de volumes, que respeitam as hierarquias de altura do entorno, mas destaca-se pela sua cor laranja vibrante, o que contrasta com as edificações do entorno, que são de blocos de cimento exposto (FIGURA 28).

Figura 28: Foto do centro e seu entorno.



Fonte: VARANDA (2014).

O projeto utiliza materiais e técnicas construtivas locais. As paredes foram construídas com blocos de concreto, que foram moldados in loco e o telhado de metal leve. Conforme a Figura 29, podemos ver que o edifício foi construído a um nível elevado, já que a zona é uma área de alagamento, por causa das chuvas. Foi pensado também em uma fundação de pilares, já que o solo é composto de argila cinza, que retém a água subterrânea e instável, pois antes era uma área de despejo de lixo. O piso de concreto no pátio interno também foi produzido com técnicas locais, que combina concreto, areia e conchas esmagadas (VARANDA, 2014).

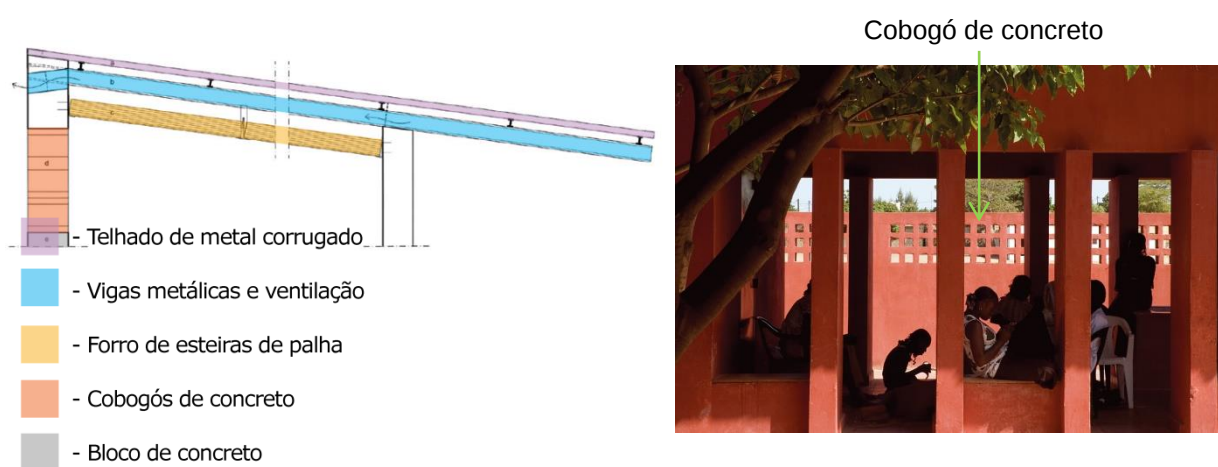
Figura 29: Foto do centro visto de frente, em forma de U.



Fonte: VARANDA (2014).

O telhado de metal corrugado, é suportado por vigas metálicas, e tem como “forro” esteiras de palha. A circulação de ar passa nesse espaço que há entre o telhado corrugado e o forro, tornando os ambientes mais frescos. Podemos ver na Figura 30 o detalhe do telhado e os cobogós de concreto, que auxiliam na circulação dos ventos pelos espaços do centro. O conforto climático se dá então por essa ventilação cruzada que percorre pelos cobogós, áreas sombreadas, telhado e tetos de palha e pelas posições das frenestrações (VARANDA, 2014).

Figura 30: Detalhe do telhado e cobogó de concreto.



Fonte: VARANDA (2014).

Foi decidido que as esquadrias deveriam ser metálicas, por causa da escassez de madeira na região, e se fosse utilizado madeira, se de boa qualidade, iria ser muito caro para a execução. Como podemos ver na Figura 31, os materiais reciclados foram bastante utilizados, aros de rodas de carros, que serviram como fenestrações para as áreas dos banheiros, e as bases de garrafas de vidro que foram introduzidas nas paredes como forma de tijolinho de vidro, aumentando assim a incidências de iluminação natural. O centro foi construído através das mãos das mulheres da comunidade.

Figura 31: Fotos que mostram os aros de rodas de carros, parede com garradas de vidros verde, e esquadrias metálicas.



Fonte: VARANDA (2014).

O projeto foi escolhido como referência formal, por causa da utilização de mecanismos de conforto térmico mais sustentáveis. Foi usada técnica construtiva e materiais locais, além da mão de obra feminina. Respeitou a hierarquia do entorno, mesmo destacando-se pela sua cor vibrante e respeitou a cultura local e alguma falta de matéria prima.

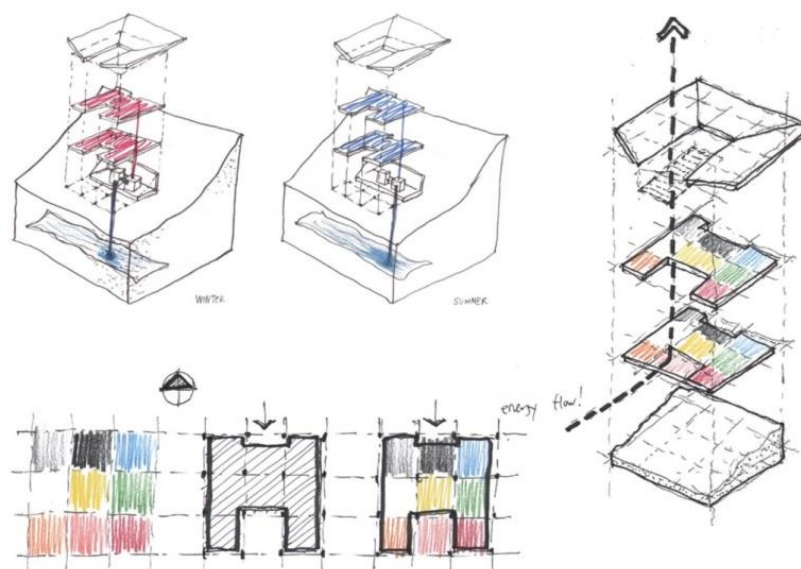
5.2.2 Residência de Bambu

O projeto desenvolvido pelo arquiteto Maurício Cardenas Laverde possui uma área de 320,00m² e está localizado em Lishui, na China. Tem como conceito usar a natureza a seu favor, para diminuir a degradação ambiental, desenvolver a sustentabilidade através de elementos naturais disponíveis no local, como o sol, as plantas, a terra, o vento e a água (ARCHDAILY, 2017).

Conforme Figura 32, os elementos que foram considerados para o projeto foram o bambu, material de fonte renovável e que absorve o dióxido de carbono durante seu ciclo de vida, cresce mais rápido que qualquer espécie de árvore e está pronto para utilização na construção após três anos, possui vasta quantidade na região e foi utilizado como elemento estrutural para a residência. A água subterrânea do lote, recurso natural que ajudará no sistema de refrigeração e calefação da casa, também irá servir para encher as bacias sanitárias e regar o jardim. Aplicação da

técnica tradicional chinesa Feng Shui, que trabalha com energias para a melhor vibração da residência, conforme exemplificado na Figura 32 através das cores e a aplicação de um sistema inovador construtivo modular de bambu, para futura comercialização na região (ARCHDAILY, 2017).

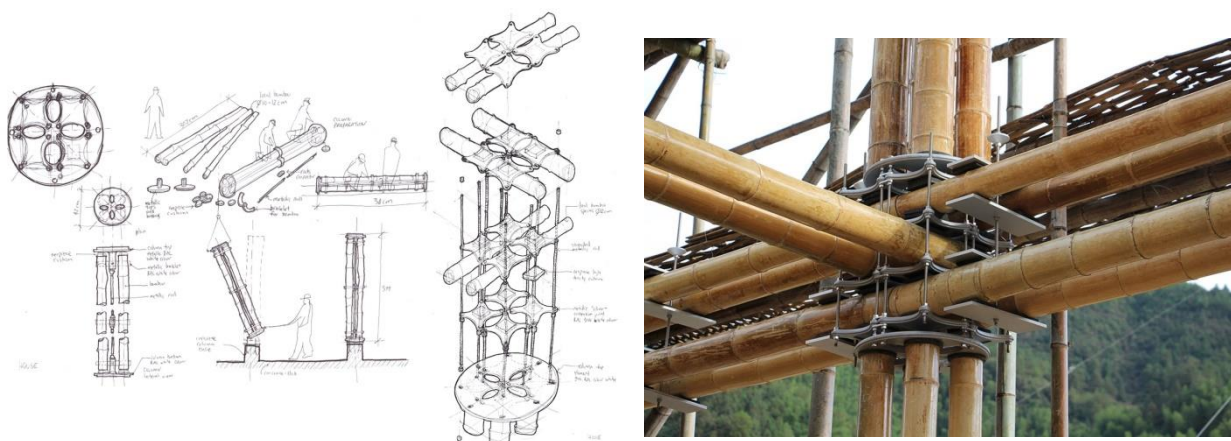
Figura 32: Esquema que mostra a utilização dos elementos ordenadores do projeto.



Fonte: ARCHDAILY (2017).

Para o projeto estrutural o arquiteto desenvolveu uma forma de conexões através de encaixes montáveis a seco, para não debilitar o bambu, perfurando-o e preenchendo-o com cimento. Podemos observar, na Figura 33, que as peças de encaixe metálicas são de fácil compreensão de montagem, para que os trabalhadores locais não especializados possam fazer a montagem com praticidade (ARCHDAILY, 2017).

Figura 33: Esquema e foto que mostram a criação do sistema estrutural.



Fonte: ARCHDAILY (2017).

Em relação à utilização do Feng Shui, ele ajudou na modulação, pois como sugere a técnica, é necessário criar um *grid* que foi configurado em 9 quadrados, para assim oferecer a melhor orientação dos ambientes para captar boas energias. Conforme Figura 34, existe um pátio, que é essa subtração na edificação, funciona como um espaço onde as energias fluem; todos os ambientes são bem abertos, para que toda essa energia flua e beneficie todos os cômodos da casa, sem nunca ficar preso em seu interior.

Figura 34: Foto da casa.



Fonte: ARCHDAILY (2017).

O projeto escolhido como referência formal, elucida melhor a ideia que será implementada no projeto da casa-abrigo. A utilização de materiais renováveis, especificamente bambu, por ser um material existente no lote e que possui benefícios para o meio ambiente e saúde, a apropriação dos elementos naturais para melhorar a eficiência energética da residências, todos esses pontos são importantes para o desenvolvimento do projeto nesta pesquisa.

6 LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS

Com o objetivo de efetuar um projeto de casa-abrigo para mulheres vítimas de violência na cidade de Novo Hamburgo, foi necessário estudar as normas técnicas específicas e legislações congruentes com o tema para posteriormente aplicá-las no projeto arquitetônico.

Neste capítulo, serão abordadas a Estrutura Técnica da cidade de Novo Hamburgo, a NBR 9050 referente à acessibilidade e a NBR 9077 referente a saídas de emergência.

6.1 ESTRUTURA TÉCNICA

As dependências consideradas Unidades Especiais são aquelas cujas atividades sejam de uso específico, tais como Albergues, Asilos e Orfanatos, que é o tipo de uso em que o tema se encaixa. São considerados Albergues, Asilos e Orfanatos os prédios e ou dependências que possuam hospedagem com fins de assistência social (NH, 2001).

As edificações destinadas a esse uso devem possuir estacionamentos e espaço de embarque, desembarque e espera para veículos dentro do lote, conforme diretriz da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS). Também devem englobar dependências de serviços, higiene, administração, atendimento, atividade especial, auditório, ensino-aprendizagem, entretenimento, equipamentos, espera, espetáculo e de internamento, que possuem áreas mínimas descritas no anexo 1 (NH, 2001).

Sobre as condições dos vãos de iluminação, ventilação e insolação, é explicado na estrutura técnica como devem ser efetuados os cálculos, tais como áreas de administração, entretenimento e internamento, que devem possuir o resultado do cálculo de vãos conforme o cálculo: Área do ambiente ÷ 6. As dependências de atividades especiais, ensino e equipamentos, devem ter como cálculo: Área do ambiente ÷ 5. As demais áreas devem possuir o cálculo de: Área do ambiente ÷ 10, sendo que as áreas de auditório, entretenimento podem ser ventiladas com instalação mecânica e possuir iluminação artificial.

Referente às calçadas, elas devem ser arborizadas, conforme Lei Federal nº 4771 e Lei Estadual nº 9.915 e legislação municipal, terem rebaixos de meio-fio nas esquinas para portadores de necessidades e terem rebaixos de meio-fio para

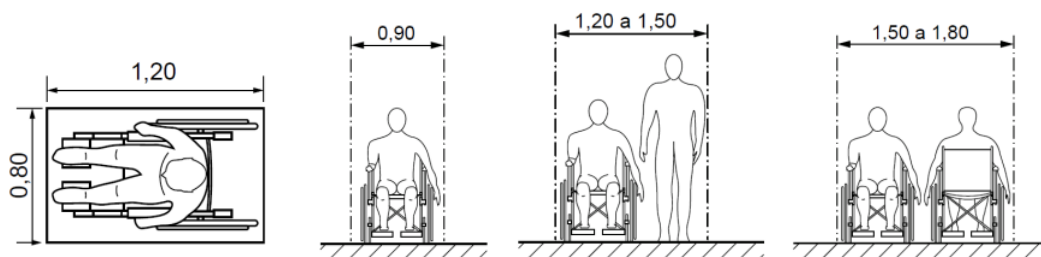
acesso de veículos ao lote, sendo esse rebaixo correspondente a no máximo a metade da testada do lote. E no que tange à construção de muros, deve-se respeitar a altura máxima de 1,80m, e só é possível aumentar o tamanho do muro com materiais que permitam a continuidade visual e a ventilação, como, por exemplo, grades (NH, 2001).

6.2 NBR 9050 – ACESSIBILIDADE

Esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos para serem observados na realização do projeto para melhor utilização do espaço, sejam eles edificações, mobiliário ou equipamentos urbanos através da acessibilidade universal, assegurando que a área de circulação seja adequada para todo tipo de pessoa, independente de sua condição física (ABNT, 2015). Este projeto, que será desenvolvido no trabalho final de graduação de uma casa-abrigo, visa dimensionar os espaços e acessos para que sejam livres de obstáculos, garantindo, assim, a manobra e deslocamentos das pessoas.

Para a implementação da norma como parâmetro de projeto, optou-se por considerar apenas os cadeirantes, pois eles ocupam mais espaço no quesito circulação e área de manobra por causa da cadeira de rodas. De acordo com a ABNT (2015), o espaço que uma pessoa que usa uma cadeira de rodas, motorizada ou não, ocupa é equivalente a um módulo de 0,80m por 1,20m e o espaço mínimo para uma circulação em linha reta é de 90 cm (FIGURA 35).

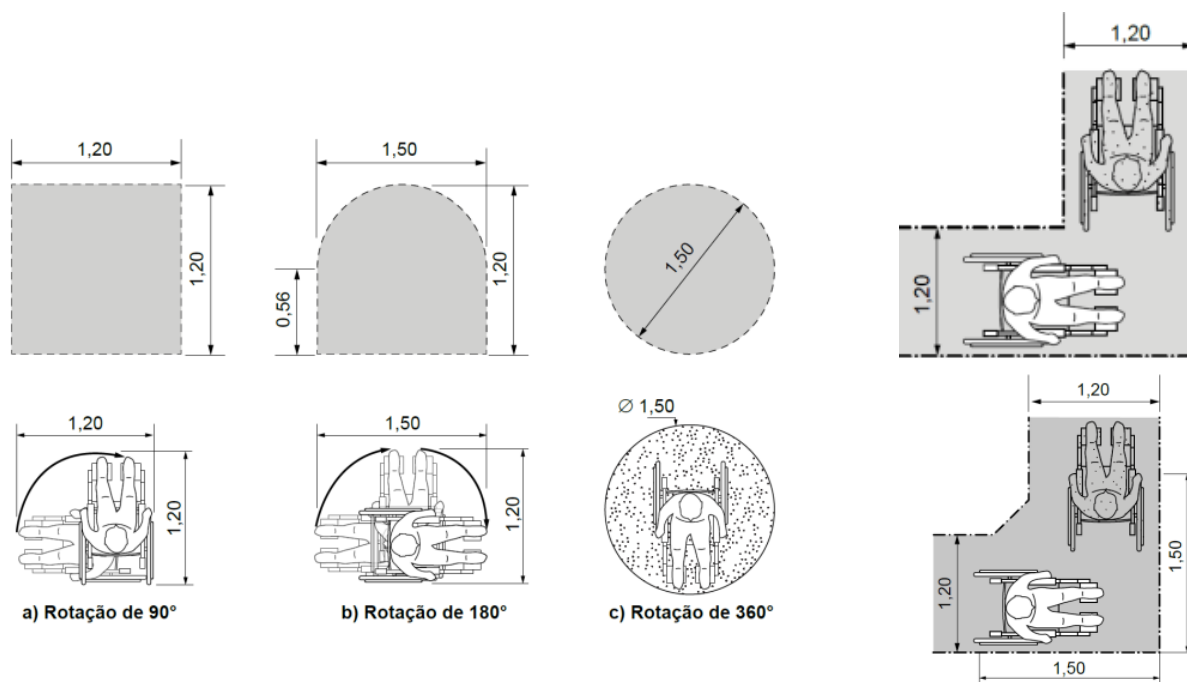
Figura 35: Módulo de referência e larguras para deslocamento em linha reta.



Fonte: ABNT (2015).

A Figura 36 mostra as dimensões necessárias para manobras de cadeira de rodas sem deslocamento, com rotação de 90°, 180° e 360° e para manobras com deslocamento.

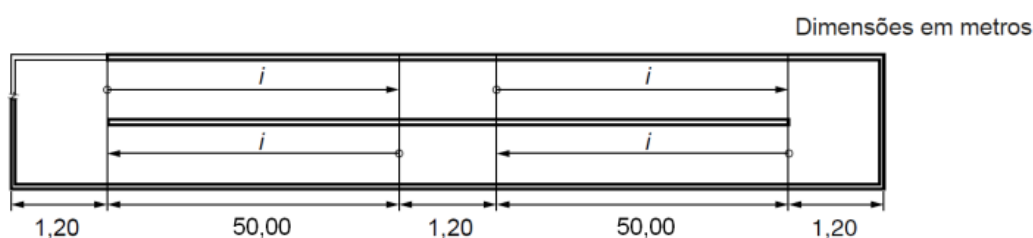
Figura 36: Área de manobra sem deslocamento e com deslocamento, respectivamente.



Fonte: ABNT (2015).

Ao longo de rotas acessíveis, devem ser previstos pisos com revestimento e acabamento regular, firme, antiderrapante e não trepidante, além de possuir proteções laterais para impedir que pessoas sofram acidentes e possam se ferir. Em relação às rampas, essas devem ter inclinação máxima de 8,33%, ou seja, a cada 1m de largura deve-se ter 8,33 cm de altura. É recomendado que, para cada 50m de percurso, se tenha um patamar de descanso de no mínimo 1,20m de profundidade, conforme Figura 37 (ABNT, 2015).

Figura 37: Planta baixa da rampa.

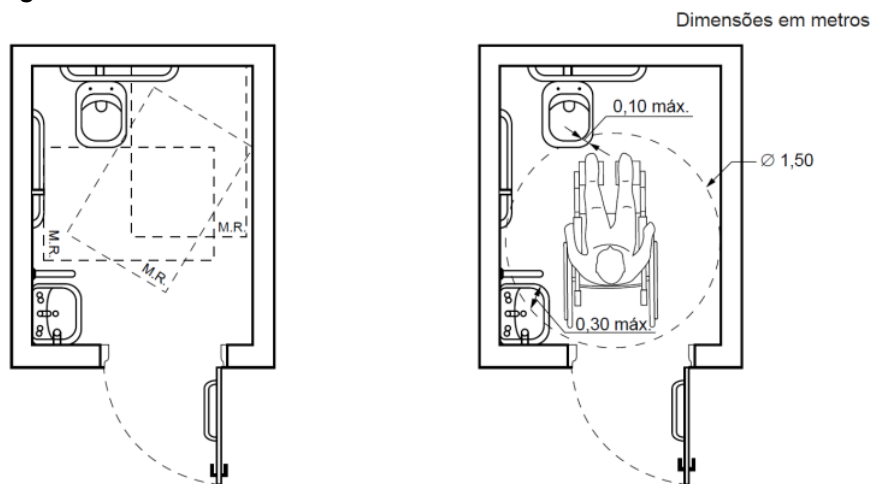


Fonte: ABNT (2015), alterado pela autora.

Em relação aos sanitários, para eles serem acessíveis, é necessário atender as normas mínimas de dimensões de boxes, barras de apoio, possuir mobiliário adequado e estar dentro de rotas acessíveis, evitando deslocamento desnecessário. Conforme Figura 38, é necessário que o ambiente tenha uma área de manobra de

360°, uma área de transferência para a bacia sanitária e alcance manual para acionamento da válvula sanitária e demais mobiliários.

Figura 38: Planta baixa contendo área de manobra e transferência.



Fonte: ABNT (2015), alterado pela autora.

6.3 NBR 9077 – SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

Esta norma tem como objetivo regulamentar condições de fuga em caso de incêndio em edificações, permitindo, assim, que o cidadão consiga abandonar o prédio de forma segura e rápida, além de facilitar o acesso dos bombeiros a fim de que o incêndio seja combatido.

Para o cálculo da população para saídas de emergência é necessário considerar a ocupação do edifício. De acordo com a ABNT (2001), o projeto proposto enquadra-se como serviços de hospedagem, hotéis, motéis, pensões, hospedarias, albergues, casas de cômodos, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Classificação das edificações quanto à sua ocupação.

B	Serviços de hospedagem	B-1	Hotéis e assemelhados	Hotéis, motéis, pensões, hospedarias, albergues, casas de cômodos
		B-2	Hotéis residenciais	Hotéis e assemelhados com cozinha própria nos apartamentos (incluem-se apart-hotéis, hotéis residenciais)

Fonte: ABNT (2001), alterado pela autora.

Todas as saídas devem ser dimensionadas de acordo com o uso da edificação, dimensões das plantas, altura e a população que irá usufruir do espaço. Após a identificação do uso pela tabela, é possível saber o cálculo necessário pela tabela 5 da norma, conforme Tabela 6.

Tabela 6: Dados para o dimensionamento das saídas.

Ocupação		População ^(A)	Capacidade da U. de passagem		
Grupo	Divisão		Acessos e descargas	Escadas ^(B) e rampas	Portas
A	A-1, A-2	Duas pessoas por dormitório ^(C)	60	45	100
	A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(D)			
B	-	Uma pessoa por 15,00 m ² de área ^(E) ^(G)			

Fonte: ABNT (2001), alterado pela autora.

Conforme tabela 6 da NBR 9077, a divisão de ocupação em que o projeto proposto está classificado deverá atender a distância máxima a ser percorrida para atingir um local seguro, de no máximo 40m. Caso o projeto possua chuveiros com sensores de fumaça, essa distância passa para 65m. Quanto ao número de saídas necessárias, o projeto proposto deverá ter uma saída de emergência, conforme tabela 7 da NBR 9077 (ABNT, 2001).

7 PROJETO PRETENDIDO

Após as análises realizadas anteriormente, será proposto, neste capítulo, todas as intenções de projeto para a criação de uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica no município de Novo Hamburgo, para ser desenvolvido na disciplina do Trabalho Final de Graduação (TFG). O presente trabalho objetiva uma edificação de qualidade, que supra todas as necessidades dos usuários e traga, realmente, uma sensação de estar em casa, e não o de sentir-se em uma prisão, como normalmente é o sentimento que o abrigo causa nas mulheres abrigadas.

O público alvo para o projeto são mulheres a partir de 18 anos, acompanhadas de filhos ou não, residentes na cidade de Novo Hamburgo ou residentes em municípios conveniados com Novo Hamburgo. O projeto será de pequeno porte, pois de acordo com PR (2006) a casa-abrigo não pode ultrapassar a quantia de 30 utentes, além de possuir profissionais para atendimento dessas mulheres.

Em relação à equipe de trabalho, através da pesquisa realizada viu-se a necessidade de ter os seguintes profissionais: oito monitoras, uma enfermeira, uma assistente social, uma diretora, uma psicóloga, duas cozinheiras, uma nutricionista, dois guardas noturnos, um motorista, uma recreacionista, equipe de serviços gerais e professoras para as atividades propostas, totalizando a quantia de 25 profissionais.

7.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES

A partir dos critérios já levantados, tais como os da estrutura técnica, entrevista e referências análogas, foi desenvolvido o programa de necessidades buscando atender as normas vigentes para o local e buscando atender, da melhor forma, as necessidades das mulheres que buscam mudanças em suas vidas. A edificação deverá contar com espaços para a equipe de trabalho, áreas adequadas para o internamento das mulheres abrigadas, convívio social, assim como locais de capacitação e empoderamento feminino.

O programa foi dividido em seis áreas, sendo elas: administração, atendimento, uso privado de funcionários, uso comum, internamento e educacional. Cada setor contará com atividades específicas de uso, conforme Tabela 7.

Tabela 7: Programa de necessidades.

SETOR	AMBIENTE	ÁREA UNITÁRIA (m²)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)
ADMINISTRAÇÃO	RECEPÇÃO	10,00	1	10,00
	SECRETARIA	10,00	1	10,00
	SALA DE REUNIÕES	7,50	1	7,50
	SANITÁRIO E VESTIÁRIO FEMININO	15,00	1	15,00
	SANITÁRIO PNE MISTO	5,00	1	5,00
	SANITÁRIO E VESTIÁRIO MASCULINO	10,00	1	10,00
TOTAL				57,50
SETOR	AMBIENTE	ÁREA UNITÁRIA (m²)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)
ATENDIMENTO	SALA DA PSICÓLOGA	10,00	1	10,00
	ENFERMAGEM	10,00	1	10,00
	SALA PARA ORIENTAÇÃO COM ASSISTENTE SOCIAL OU ADVOGADA	10,00	1	10,00
TOTAL				30,00
SETOR	AMBIENTE	ÁREA UNITÁRIA (m²)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)
USO PRIVADO DE FUNCIONÁRIOS	CASA DE MÁQUINAS	7,50	1	7,50
	COZINHA	10,00	1	10,00
	LAVANDERIA	10,00	1	10,00
	DEPÓSITO	5,00	3	15,00
	ESTACIONAMENTO	X	X	X
TOTAL				42,50
SETOR	AMBIENTE	ÁREA UNITÁRIA (m²)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)
USO COMUM	SALA DE ESTAR	15,00	1	15,00
	ÁREA EXTERNA / COBERTA DE CONVÍVIO	X	X	X
	REFEITÓRIO	35,00	1	35,00
	BRINQUEDOTECA	15,00	1	15,00
TOTAL				65,00
SETOR	AMBIENTE	ÁREA UNITÁRIA (m²)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)
INTERNAÇÃO	DORMITÓRIO PARA 02 PESSOAS	10,00	18	180,00
	DORMITÓRIO PARA 04 PESSOAS	12,00	12	144,00
	SANITÁRIO PARA CADA DORMITÓRIO	4,00	30	120,00
TOTAL				444,00
SETOR	AMBIENTE	ÁREA UNITÁRIA (m²)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)
EDUCACIONAL	SALA MULTIUSO	15,00	1	15,00
	SALA INFORMATIZADA	15,00	1	15,00
	BIBLIOTECA E SALA DE LEITURA	30,00	1	30,00
	AUDITÓRIO	30,00	1	30,00
TOTAL				90,00

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A soma de todas as áreas resultou em 729,00m², deve-se considerar 25% dessa área como área de circulação e de paredes, totalizando o valor de 911,25m² (729 + 182,25).

7.2 CONCEITO

O projeto tem como conceito a metáfora ao ventre materno, que se intensifica programaticamente pelo terreno. A casa-abrigo deve funcionar como um organismo materno, de forma que os espaços interliguem-se e forneçam tudo do que o embrião, no caso a mulher, precisa para desenvolver-se de forma correta e saudável.

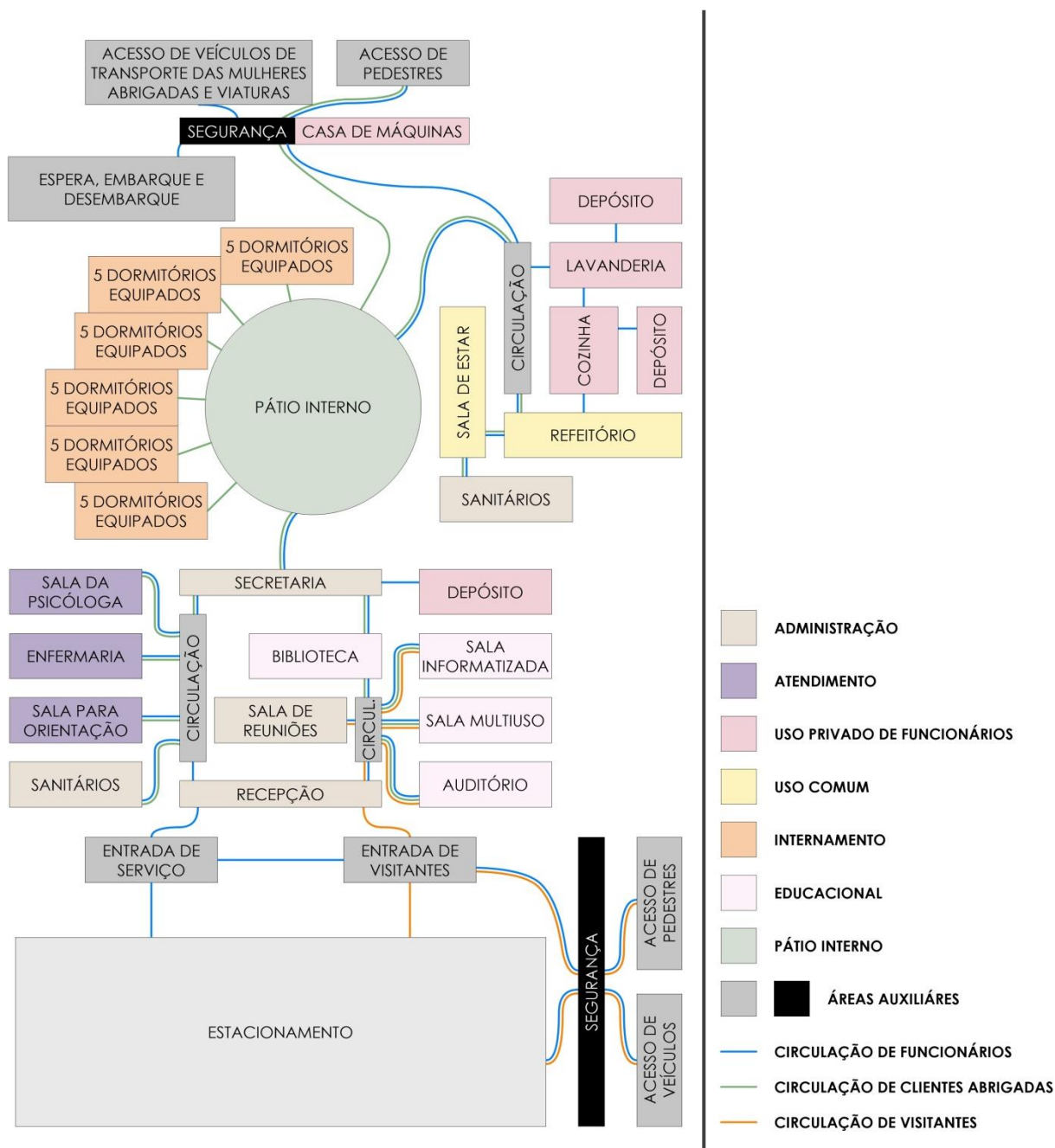
O embrião em desenvolvimento é sustentado pela membrana uterina, do qual se nutre e fortalece, essa membrana deve ser o ponto de recuperação do projeto, onde a mulher recém abrigada recupera sua saúde física e mental. Após esse desenvolvimento prévio do embrião, este está apto para usufruir dos benefícios de um sistema mais eficaz, que é a placenta; essa, relacionada ao projeto, deve ser o ponto focal: seriam as zonas de convivência social associadas com acompanhamento “nutricional” da psicologia, que fortalece nutre o psicológico da mulher e a empodera perante seu papel na sociedade, para lutar por seus direitos como cidadã.

O conceito está atrelado à ideia de que todos tivemos como primeira morada o ventre materno e de lá saímos para conhecer e experimentar o mundo. Apesar de o cordão umbilical ser cortado, e ser feita essa separação dos corpos, as almas de mãe e filho continuam unidas, ou seja, essas mulheres seguirão com suas vidas, mas nunca esquecerão de onde recomeçaram.

7.3 INTENÇÕES DE PROJETO

Para uma melhor compreensão de como o projeto será desenvolvido, apresenta-se aqui um organograma que evidencia uma estrutura hierárquica da organização dos setores do projeto, junto com o funcionamento dos fluxos. O organograma busca propor uma forma sistemática e funcional da distribuição dos ambientes (FIGURA 39).

Figura 39: Organograma.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O sistema construtivo proposto leva em consideração a hierarquia do entorno, o conforto climático, a utilização de materiais de produção local e de fontes renováveis para uma construção racionalizada, sem desperdícios de materiais, tornando o projeto e a forma de execução mais sustentável.

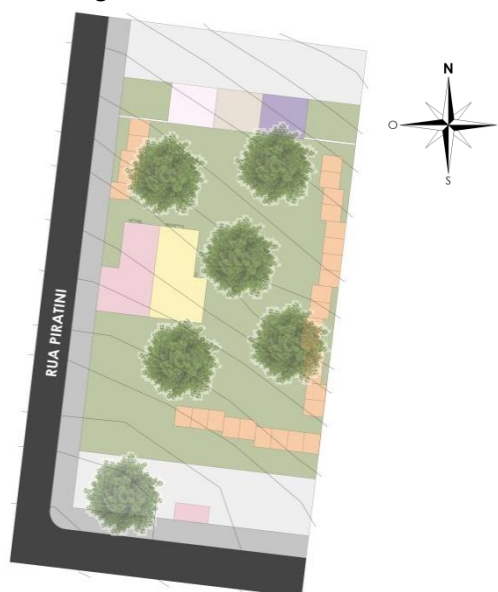
A fundação do projeto proposto é de sapata corrida, contrapiso de concreto armado e paredes de vedação construídas com bloco de concreto, nos pilares e vigas preenchido com concreto. O bloco de concreto é um sistema construtivo

racionalizado, ele otimiza a quantidade de materiais a serem utilizados na construção, tem um processo de construção mais rápido por causa da coordenação modular e gera menos resíduos na obra. É um produto que passa por um processo industrial, ou seja, é um produto que está de acordo com o valor comercializado na região do Rio Grande do Sul e possui uma padronização na qualidade do material.

Como telhado das edificações e cobertura de algumas áreas externas, será proposto uma estrutura e fechamento em bambu, material local com grande capacidade de renovação. Ele deverá ser projetado de forma que haja um sistema de conforto climático conforme referência formal, o Centro das Mulheres em Rufisque, Senegal.

Para a hipótese do partido arquitetônico, foi considerado o sentido dos ventos predominantes no município, a insolação, as curvas de nível do sítio, a edificação histórica e as vias de acesso com a intenção de fornecer um projeto bem pensado espacialmente. Também foi pensado em como a casa-abrigo seria vista de fora, como as zonas de lazer das mulheres abrigadas seriam protegidas e como seria evidenciada a entrada de visitantes.

O zoneamento demonstrado na Figura 40 teve como diretriz principal a eficiência dos fluxos ao decorrer das atividades propostas no lote. Sendo assim, criou-se duas entradas no lote, mas com propostas diferentes. A entrada situada na rua Piratini é destinada a funcionários da casa e também para visitantes mulheres que, por ventura, venham a participar de algum curso de empoderamento, ou trabalhos manuais, ou até mesmo assistir às palestras destinadas a esse público. Tendo isso em vista, o edifício educacional possui acesso pelo lado norte e sul, pois, assim, ele atende aos visitantes e às mulheres do abrigo, de forma separadas, mas que não impede de, eventualmente, poderem interagir em algum curso. A entrada situada na rua que dá acesso à trilha do Parcão é destinada para entrada e saída de funcionários, viatuaras e das abrigadas que queiram passear, trabalhar, etc.

Figura 40: Zoneamento.

Fonte: Elaborado pela autora.

As edificações da casa abrigo serão de altura baixa, respeitando as edificações do seu entorno e a pré-existência e serão distribuídas no lote de forma que crie um pátio central. Os quartos serão voltados para o pátio, permitindo que todas tenham a mesma qualidade de acesso a essa área central e possibilitando que todas cuidem umas das outras, permitindo um bom contato visual.

CONCLUSÃO

Através de todos os dados estatísticos, da história sobre o patriarcado e entrevista com a coordenação de uma casa-abrigo, buscou-se comprovar a real necessidade da implementação de uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência na cidade de Novo Hamburgo. Levando em consideração os instrumentos para a erradicação da violência contra as mulheres, viu-se que sua implementação no Brasil ainda é pouco abrangente. No contexto atual, necessita-se de mais instrumentos desse tipo para atender à toda população que precisa desses serviços.

Os dados obtidos através de visitas de campo, entrevistas, referências análogas e formais serão de grande proveito para futura elaboração do projeto na disciplina de Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo.

O presente trabalho, mostra que o Município de Novo Hamburgo apresenta grande potencial para esse tipo de serviço, pois ele é um dos municípios que mais abriga mulheres na casa-abrigo Jacobina Meure, e ele faz divisa com diversos municípios, podendo atendê-los.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/AlineNaue1/nbr-9050-atualizada>>. Acesso em: 16 junho 2018

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Sa%C3%ADdas_de_emerg%C3%Aancia_em_edif%C3%ADcios-2001.pdf>. Acesso em: 16 junho 2018

AMOS GODREICH ARCHITECTURE. **Abrigo para vítimas de violência doméstica**. Disponível em <<http://www.agarchitecture.net/shelter-for-victims-of-domestic-violence/>>. Acesso em: 28 maio 2018.

ARCHDAILY. **Residência de Bambu Energeticamente Eficiente / Studio Cardenas Conscious Design**. 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/879784/residencia-de-bambu-energeticamente-eficiente-studio-cardenas-conscious-design>>. Acesso em: 14 junho 2018.

BRAGA, Emanuel Oliveira. **Gentrificação**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao>>. Acesso em: 26 maio 2018.

CRUZ, Ane; SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>. Acesso em: 20 março 2018.

DEZEEN. **MU Architecture e a escola francesa de Archicop serpenteiam ao redor de árvores com um telhado ondulado**. Disponível em: <<https://www.dezeen.com/2015/07/20/mu-architecture-archicop-timber-clad-school-wiggly-roof-woodland-briis-sous-forges-france/>>. Acesso em: 29 maio 2018.

DEZEEN. **Refúgio das mulheres de Kilimanjaro**. Tanzânia, 2012. Disponível em: <<https://www.dezeen.com/2015/08/21/hollmen-reuter-sandman-kilimanjaro-womens-refuge-moshi-tanzania-yellow-buildings-courtyard/>>. Acesso em: 13 junho de 2018.

DICIO – **Dicionário Online de Português**. 2009. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 24 abril 2018.

DINIZ, Simone G. **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Disponível em <<http://livrozilla.com/doc/682689/25-anos-de-respostas-brasileiras-em-viol%C3%Aancia-contra-a-mu...>>. Acesso em: 02 abril 2018.

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília – DF, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 03 abril 2018.

G1. **Monitor da Violência**. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>>. Acesso em: 17 abril 2018.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2013**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2013/munic2013.pdf> Acesso em: 19 de março de 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Brasil em síntese**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/por-cidade-estado-geociencias.html?t=destaques&c=4313409>>. Acesso em: 15 maio 2018.

KRUG, E. G. et al. (eds). OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002. Disponível em <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2018

Ministério da Justiça; CAMPOS, Carmen Hein de. **Norma técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres – DEAMs**: Edição atualizada. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/lei-maria-da-penha/norma-tecnica-de-padronizacao-das-deams-.pdf/@@download/file/norma-tecnica-de-padronizacao-das-deams-.pdf>>. Acesso em: 03 abril 2018.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Estudio a fondo sobre todas las formas de violencia contra la mujer**. 2006. Disponível em: <http://cdd.emakumeak.org/ficheros/0000/0582/Estudio_violenciaONU.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

NH – Novo Hamburgo. **Código de Edificações – Lei Complementar Nº 608/2001**. Novo Hamburgo, 2001. Disponível em: <https://servicos.novohamburgo.rs.gov.br/arquivos/File/legislacao/Estrutura_Tecnica.pdf>. Acesso em: 15 junho 2018.

NH – Novo Hamburgo. **Lei Complementar Nº 2.946/2016**. Novo Hamburgo 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/codigo-de-edificacoes-novo-hamburgo-rs>>. Acesso em> 15 junho 2018.

NH – Novo Hamburgo. **Lei Municipal Nº 1.216/2004**. Novo Hamburgo, 2004. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-novo-hamburgo-rs>>. Acesso em: 15 junho 2018.

PR – Presidência da República. **Lei nº 11.340/2006 (ordinária)**. Brasília – DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 17 abril 2018.

PRATES, Paula Licursi. **Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas**. São Paulo: Universidade de São Paulo Faculdade de Saúde Pública, 2007. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-07052008-135147/pt-br.php>>. Acesso em: 01 abril 2018.

PROJETEEEE. **Dados climáticos**. Disponível em: <<http://projeteee.mma.gov.br/estrategias-bioclimaticas/>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/16846182/genero-patriarcado-violencia--livro-completo>>. Acesso em: 11 abril 2018.

SARLET, Érica Dorotéia. **Ainda Hoje Plantaria Minha Macieira**. Novo Hamburgo: Editora Sinodal, 1993.

SILVA, Taís Cerqueira. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência**. Brasília. 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>>. Acesso em: 13 março 2018.

SPM/PR - Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em: 18 abril 2018.

SPOILER, Paulo Daniel. **História**. Disponível em: <<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/historia>>. Acesso em: 15 maio 2018.

UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas. **Estudo fundamental sobre violência doméstica. Relatório da OMS realça amplitude do fenômeno e seus graves efeitos na saúde**. 2005. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/mulheres/5651>>. Acesso em: 02 abril 2018.

VARANDA, Fernando. **Centro das Mulheres**. Senegal, 2014. Disponível em: <<https://archnet.org/system/publications/contents/8711/original/DTP101210.pdf?1389281516>>. Acesso em: 14 junho 2018.

ANEXOS

ANEXO A – CONDIÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES ESPECIAIS

TÍTULO CINCO DEPENDÊNCIAS DAS UE

I - DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DAS UE

São consideradas Dependências Características das UEs os Compartimentos definidos e classificados:

IA - Quanto ao USO

01 - Dependências De Administração

São consideradas Dependências de Administração o gabinete, a secretaria, a recepção a portaria, afins e similares.

02 - Dependências De Atendimento

São consideradas Dependência de Atendimento o recinto com acesso ao público, destinado às atividades de interação direta entre funcionários e clientes.

03 - Dependências De Atividade Especial

São consideradas Dependências de Atividade Especial a sala destinada às atividades manuais, peculiares ao uso, o berçário e lactário, de manipulação e esterilização, de preparo e expedição, afins e similares.

04 - Dependências De Auditório

São consideradas Dependências de Auditório, o recinto que possui acomodação móvel, destinado à reunião de público, a sala-platéia, a nave de igreja, afins e similares.

05 - Dependências de Ensino-Aprendizagem.

São consideradas Dependências de Ensino-Aprendizagem a sala de leitura, estudo, consulta, de instrução, de aula, a biblioteca escolar, o laboratório escolar, afins e similares.

06 - Dependências de Entretenimento

São consideradas Dependências de Entretenimento a sala de recreação, de estar público, de refeição, de audiovisual, de jogos, de dança, afins e similares associadas às UEs.

07 - Dependências De Equipamentos

São consideradas Dependências de Equipamentos a sala destinada a atividades instrumentais, peculiares ao uso, dotada de equipamentos próprios, a oficina industrial, o setor de produção com maquinários, afins e similares.

08- Dependências de Espera

São consideradas Dependências de Espera o vestíbulo público destinado a reunião de pessoas para espera e descanso (Foyer) em caráter temporário, afins e similares.

09 - Dependências de Espetáculo

São consideradas Dependências de Espetáculo, o recinto que possui acomodações fixas, destinadas à reunião de público, a sala-platéia, a galeria-platéia, os camarotes-platéia, afins e similares.

10 - Dependências de Hospedagem

São consideradas Dependências de Hospedagem as salas-dormitório, afins e similares.

11 - Dependências de Internamento

São considerados Dependências de Internamento os dormitórios-enfermaria, afins e similares.

12 - Depósitos Comerciais

São considerados Depósitos Comerciais as dependências que armazenam mercadorias, combustíveis e inflamáveis, afins e similares.

13 – Arquibancadas

São consideradas Arquibancadas os recintos que possuem acomodações fixas, em forma de sucessão de assentos em filas, cada uma em plano diferente, destinada ao público espectador, afins e similares.

II - CONDIÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS DAS UE

As Dependências das UE, além de satisfazer as condições que lhe são aplicáveis no CAPÍTULO 2, devem ainda, no mínimo, atender às seguintes condições:

II.A – CONDIÇÕES GERAIS

a) Terem vãos de Ventilação, Iluminação e Insolação conforme Capítulo 8.

II.B - CONDIÇÕES DE ÁREA (m²)

As Dependências das UEs devem ter área mínima ($A_{\min}$) de:

- a) Terem, as Dependências de Administração, $A_{\min} = 7\text{m}^2, 50$.
- b) Terem, as Dependências de Atendimento, $A_{\min} = 7\text{m}^2, 50$.
 - Atendimento UC pequeno porte, $A_{\min} = 7\text{m}^2, 50$.
 - Atendimento UC médio porte, $A_{\min} = 480\text{m}^2$.
 - Atendimento UC grande porte, $A_{\min} = 960\text{m}^2$.
- c) Terem, as Dependências de Atividades Especiais, $A_{\min} = 7\text{m}^2, 50$.
- d) Terem, as Dependências de Auditório, $A_{\min} = 30\text{m}^2$.
- e) Terem, as Dependências de Ensino, $A_{\min} = 15\text{m}^2$.
- f) Terem, as Dependências de Entretenimento, $A_{\min} = 15\text{m}^2$.
- g) Terem, as Dependências de Equipamentos, $A_{\min} = 15\text{m}^2$.
- h) Terem, as Dependências de Espera, $A_{\min} = 10\text{m}^2$.
 - $A_{\min} = A / 3$ (Sendo A = área da sala de espetáculos ou auditório).
- i) Terem, as Dependências de Espetáculos, $A_{\min} = 30\text{m}^2$.
 - Galeria – platéia, $A_{\min} = 10\text{m}^2$.
 - $A_{\min} = A / 3$ (Sendo A = área da sala de espetáculos ou auditório).
- j) Terem, as Dependências de Hospedagem:
 - Sala-dormitório = 1 leito $A_{\min} = 6\text{m}^2$.
 - Sala-dormitório = 2 leitos $A_{\min} = 9\text{m}^2$.
 - Sala-dormitório Casal $A_{\min} = 10\text{m}^2, 50$.
 - Sala-dormitório- coletivo ≥ 3 leitos: conforme Condições de Medidas.
- k) Terem, as Dependências de Internamento.
 - Dormitório-enfermaria = 1 leito $A_{\min} = 7\text{m}^2, 50$.
 - Dormitório-enfermaria = 2 leitos $A_{\min} = 15\text{m}^2$.
 - Dormitório-enfermaria-coletivo ≥ 3 leitos: conforme Condições de Medidas.
- l) Terem, os Depósitos Comerciais, $A_{\min} = 30\text{m}^2$.
- m) Terem, as Arquibancadas, $A_{\min} = \text{livre}$.

II.C - CONDIÇÕES DE FORMA ($\emptyset$)

As Dependências das UEs devem ter forma tal que permitam a inscrição de um círculo de diâmetro $\emptyset$ mínimo:

- a) Terem, as Dependências de Administração, $\emptyset_{\min} = 225\text{cm}$.
- b) Terem, as Dependências de Atendimento, $\emptyset_{\min} = 225\text{cm}$.
- c) Terem, as Dependências de Atividades Especiais, $\emptyset_{\min} = 225\text{cm}$.
- d) Terem, as Dependências de Auditório, $\emptyset_{\min} = 540\text{cm}$.
- Calculado pela fórmula: $\emptyset_{\min} = \sqrt{A}$.

e) Terem, as Dependências de Ensino-Aprendizagem, $\varnothing \text{ mín} = 360\text{cm}$ $360\text{cm} = \varnothing \leq 720\text{cm}$: para a iluminação direta e unilateral.

f) Terem, as Dependências de Entretenimento, $\varnothing \text{ mín} = 240\text{cm}$.

g) Terem, as Dependências de Equipamentos, $\varnothing \text{ mín} = 240\text{cm}$.

h) Terem, as Dependências de Espera, $\varnothing \text{ mín} = 315\text{cm}$.

• Calculado pela fórmula: $\varnothing \text{ mín} = \sqrt{A \cdot 3}$.

i) Terem, as Dependências de Espetáculos, $\varnothing \text{ mín} = 540 \text{ cm}$

• Calculado pela fórmula: $\varnothing \text{ mín} = \sqrt{A}$.

j) Terem, as Dependências de Hospedagem:

• Sala-dormitório = 1 leito $\varnothing \text{ mín} = 180\text{cm}$.

• Sala-dormitório = 2 leitos $\varnothing \text{ mín} = 240\text{cm}$.

• Sala-dormitório Casal $\varnothing \text{ mín} = 240\text{cm}$.

• Sala-dormitório- coletivo ≥ 3 leitos: conforme Condições de Medidas

Calculado pela fórmula: $\varnothing = 180 + 20 (A - 6) \text{ cm}$

Sendo, A = área da dependência (m^2) e $\varnothing$ = diâmetro da dependência (cm)

k) – Terem, as Dependências de Internamento:

• Dormitório-enfermaria = 1 leito $\varnothing \text{ mín} = 225\text{cm}$

• Dormitório-enfermaria = 2 leitos $\varnothing \text{ mín} = 240\text{cm}$

• Dormitório-enfermaria-coletivo ≥ 3 leitos: conforme Condições de Medidas

Calculado pela fórmula: $\varnothing = 180 + 20 (A - 6)\text{cm}$

Sendo A = área da dependência (m^2) e $\varnothing$ = diâmetro da dependência (cm)

l) Terem, os Depósitos Comerciais, $\varnothing \text{ mín} = 540\text{cm}$

m) Terem, as Arquibancadas, $\varnothing \text{ mín} = 105\text{cm}$ por plano.

II.D - CONDIÇÕES DE MEDIDAS (A_i e l)

As Dependências das UEs devem ser compostas pelas relações métricas das Áreas de Influência (A_i) das pessoas e mobiliário, largura (l) de circulação, com as seguintes medidas:

01 - Dependências de Auditórios

a) Terem, para as pessoas, $A_i = 50 \times 105\text{cm}$

• $A_i = 0\text{m}^2, 75$ / espectador (assento + circulação)

b) Terem, circulação interna mínima, $l = 150\text{cm}$

• O setor integrado a cada circulação, deve ter o número máximo de espectadores de 256

02 - Dependências de Ensino-Aprendizagem

a) Terem, por carteira escolar, $A_i = 45 \times 105\text{cm}$

• $A_i = 1\text{m}^2, 50$ / aluno (carteira escolar + circulação)

b) Terem, circulação interna mínima, $l = 80\text{cm}$

c) Terem, as salas de aula, no máximo:

• Escola : 30 alunos.

• Jardim de Infância: 20 crianças.

• Maternal: 15 crianças.

03- Dependências de Espetáculos

a) Terem, para as pessoas, $A_i = 50 \times 105\text{cm}$.

- $A_i = 0\text{m}^2$, 75 / espectador (assento + circulação).

b) Terem, circulação interna mínima, $l = 150\text{cm}$.

- O setor integrado a cada circulação, deve ter o número máximo de espectadores de 256.

c) Terem, uma circulação geral, $l = 400\text{cm}$.

04 - Dependências de Hospedagem (salas – dormitório)

a) Terem, por leito, $A_i = 180 \times 333\text{cm}$.

- Para nº de hóspede ≤ 2 leitos, $A_i = 6\text{m}^2$ / hóspede (mobiliário + circulação).

- Para nº de hóspedes ≥ 3 leitos, $A_i = 4\text{m}^2,50$ / hóspede (mobiliário + circulação).

b) Terem, circulação interna mínima, $l = 90\text{cm}$.

- As áreas de influência podem ser sobrepostas, desde que fique assegurada a circulação interna mínima.

05 - Dependências de Internamento (salas – enfermaria)

a) Terem, por cama, $A_i = 225 \times 333\text{cm}$.

- Para nº de hóspede = 1 leitos, $A_i = 7\text{m}^2,50$ / interno (mobiliário + circulação).

- Para nº de hóspedes ≥ 2 leitos, $A_i = 6\text{m}^2$ / interno (mobiliário + circulação).

b) Terem, circulação interna mínima, $l = 135\text{cm}$.

- As áreas de influência podem ser sobrepostas, desde que fique assegurada a circulação interna mínima.

ILE - CONDIÇÕES DE ALTURA / PÉ-DIREITO (h)

As Dependências das UEs devem ter altura mínima abaixo e atender as condições que lhe são aplicáveis no TÍTULO DOIS, do Capítulo 9:

a) Terem, as Dependências de Administração, $h = 255\text{cm}$.

b) Terem, as Dependências de Atendimento, $h = 255\text{cm}$.

c) Terem, as Dependência de Atividades Especiais, $h = 255\text{cm}$.

d) Terem, as Dependências de Auditório, alturas mínimas proporcionais às áreas da Sucessão Numérica das UFs, sendo definidas no intervalo: $30\text{m}^2 \leq A < 960\text{m}^2$, ou atender as condições que lhe são aplicáveis no TÍTULO DOIS, do Capítulo 9.

e) Terem, as Dependências de Ensino, $h = 270\text{cm}$.

f) Terem, as Dependências de Entretenimento, $h = 270\text{cm}$.

g) Terem, as- Dependências de Equipamentos, $h = 270\text{cm}$.

h) Terem, Terem, as Dependências de Espera, $h = 255\text{cm}$.

i) Terem, as Dependência de Espetáculos, alturas mínimas proporcionais às áreas da Sucessão Numérica das UFs, sendo definidas no intervalo: $30\text{m}^2 \leq A < 960\text{m}^2$, ou atender as condições que lhe são aplicáveis no TÍTULO DOIS, do Capítulo 9.

j) Terem, as Dependências de Hospedagem:

- Sala-dormitório = 1 leito $h = 225\text{cm}$.

- Sala-dormitório = 2 leitos $h = 255\text{cm}$.

- Sala-dormitório Casal $h = 255\text{cm}$.

- Sala-dormitório- coletivo ≥ 3 leitos: $h = 255\text{cm}$.

Calculado pela fórmula: $h = 2,25 + 10 (A - 6)$.

Sendo A = área da dependência (m^2) e h = altura da dependência (cm).

k) Terem, as Dependências de Internamento:

- Dormitório-enfermaria = 1 leito $h = 225\text{cm}$.
- Dormitório-enfermaria = 2 leitos $h = 255\text{cm}$.
- Dormitório-enfermaria-coletivo ≥ 3 leitos: $h = 255\text{cm}$.

Calculado pela fórmula: $h = 2,25 + 10 (A - 6)$

Sendo, A = área da dependência (m^2) e h = altura da dependência (cm).

l) Terem, os Depósitos Comerciais, $h = 300\text{cm}$.

m) Terem, as Arquibancadas, $h = 210\text{cm}$ (último plano).

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA CONVERSAR COM EQUIPE DA CASA-ABRIGO JACOBINA MEURER

1 - Fale sobre o que mais gosta no trabalho aqui na casa e as dificuldades que encontra.

2 - Qual é a quantidade ideal de mulheres em uma casa abrigo?

3 - Quais ambientes são essenciais para a criação de uma casa abrigo? (Programa de necessidades)

4 - Quantos profissionais possuem na casa abrigo e de qual setor eles são? Gostaria que a equipe fosse maior ou que tivesse um profissional de outro setor?

5 - Quais são as atividades das mulheres abrigadas? Elas ajudam nos afazeres da casa?

6 - Existe algum tipo de capacitação profissional?

7 - Que tipos de lazer a casa proporciona?

8 - Os quartos são separados ou são coletivos? Qual das duas opções você acredita ser mais efetivo? Quando a mulher possui filhos, esses ficam junto com todas quando se trata de quarto coletivo?

9 - Vocês se envolvem com as abrigadas depois que elas saem da casa? Existe algum tipo de trabalho com as mulheres depois que elas saem, por exemplo no processo de inserção delas no mercado de trabalho?

10 – As mulheres recebem visita? É necessário que a casa tenha um estacionamento?

11 – Quando o abrigo é de longo prazo, como fica a educação da criança?

12 – Você acredita que o sigilo da casa-abrigo é importante? Por quê?

13 – Você tem uma ideia de quantas casas-abrigo possuem em Novo Hamburgo? O que você acha desse número?

14 – Posso conhecer a casa?

